DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

ANO XI **PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 17 DE MARÇO DE 2022** **Nº 046**

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA..... Capa

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO.....0611

SUP. DE RECURSOS HUMANOS..... 0621

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES..... 0623

TAQUIGRAFIA

1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O TEMA "PELA VIDA DAS MULHERES, POR JUSTIÇA E SEGURANÇA EFICAZ"

EM: 09.03.2022
INÍCIO: 15h10min

PRESIDENTE: SR. LAZINHO DA FETAGRO

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores, boa tarde. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Lazinho da Fetagro, após aprovação em plenário, realiza Audiência Pública com o tema "Pela vida das mulheres, por justiça e segurança eficaz". Agradecemos desde já a todos que nos acompanham por meio virtual, seja pela página oficial da Assembleia Legislativa no Facebook, no YouTube e também pela TV Assembleia canal 7.2.

Convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Lazinho da Fetagro, proponente desta audiência pública. Excelentíssimo Senhor Delegado Hélio Gomes Ferreira, Secretário Adjunto de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC. Excelentíssima Senhora Promotora de Justiça Doutora Flávia Barbosa Shimizu Mazzini, titular da Promotoria da Violência Contra a Mulher - Ministério Público do Estado de Rondônia. Doutora Denise Luci Castanheira, representando a Defensoria Pública do Estado de Rondônia. Senhora Sandreia Silva Costa, Presidente do Conselho Estadual da Mulher - CDDM. Neste momento, Sua Excelência o Deputado Lazinho da Fetagro procederá a abertura desta solenidade.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública com o tema "Pela vida das mulheres, por justiça e segurança eficaz".

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Céus de Rondônia. (Letra de Joaquim de Araújo Lima e música do Dr. José de Melo Silva).

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Podeis assentar. Gostaríamos de agradecer a presença nesta Casa de Leis das seguintes autoridades presentes: Excelentíssimo Senhor Vereador Adriano Almeida, Presidente da Câmara Municipal de Buritis, seja bem-vindo; Senhores Vereadores João Orlando e Moisés de Paula, da Câmara Municipal de Buritis; Senhora Lionilda Simão, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia - SINTERO; Senhora Niedja Virginia Felix de Santana, Vice-Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB/RO; Senhora Elissandra Reis Batista, Presidente do Sindicato dos Professores e Professoras do Estado de Rondônia – SINPROF/RO; Senhor Joelson Chaves de Queiroz, Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB/RO; Senhora Débora Sfalcine, representando a Central Única dos Trabalhadores – CUT/RO, seja bem-vinda; Senhora Rosa Negra, Conselheira do Conselho Estadual de Mulheres – CEDM/RO; Senhora Fátima Barbosa dos Santos, Diretora do SINTERO, Regional Guaporé-Presidente Médici a Costa Marques; Excelentíssima Senhora Promotora de Justiça Andréa

MESA DIRETORA

Presidente: **ALEX REDANO**
1º Vice-Presidente: **JEAN OLIVEIRA**
2º Vice-Presidente: **MARCELO CRUZ**
1º Secretário: **JAIR MONTES**
2º Secretário: **CIRONE DEIRÓ**
3º Secretário: **ALEX SILVA**
4º Secretário: **JHONY PAIXÃO**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Depto. Legislativo - **Miranilde Rodrigues do N. Robles**
Div. de Publicações e Anais - **Eloy Santana Leôncio Almeida**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 Porto Velho-RO

ICP Brasil

2022.03.17 16:52:50 -04'00'

VIDE ORIGINAL https://transparencia.al.ro.leg.br/Diario/

Luciana Damascena Ferreira Engel, Ouvidora-Geral do Ministério Público Estadual de Rondônia – MPE/RO; Senhora Rosely Domingos Ferreira, Coordenadora de Instância de Controle do Município de Buritis; Senhora Saionara Verônica Costa de Faria, Secretária Municipal de Assistência Social de Buritis, Rondônia; Laura Cristina Anastácio Rodrigues, representando o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDM/RO; Professor Júnior Freire, Diretor da Secretaria de Saúde do SINTERO, em Porto Velho; Senhora Adriana Maia, gerente do Programa Mulher Protegida, neste ato representando a Secretária Estadual de Assistência Social - SEAS.

Neste momento, nós passamos a palavra ao Deputado Lazinho da Fetagro para conduzir a presente Audiência Pública.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado. Cumprimentar aqui a cada uma das senhoras, de vocês, dos senhores. Cumprimentar a nossa Mesa posta. Desejar uma boa Audiência Pública.

Dizer que ontem eu disse na tribuna, embora ontem tenha sido o Dia Internacional da Mulher, talvez a gente não tenha muito o que comemorar. Mas, não podemos esquecer de lembrar de todos os problemas e tudo que aquilo que é vivido. Infelizmente, em 40 dias em Rondônia, 14 mulheres foram assassinadas — 14 mulheres foram assassinadas! —, e 5 dessas confirmadas como feminicídio. Isso depende do laudo técnico de como se configura o que é e o que não é. Mas, de toda forma, a gente não pode desanimar e tem que continuar lutando. E é onde a gente parabeniza todas as mulheres pela luta, pela garra de, com tudo isso, resistir e continuar conquistando os espaços.

Nosso mandato tem muito a agradecer a todas as mulheres, principalmente do campo – muita honra. E durante esses 7 anos de mandato, esta é a 7ª Audiência Pública realizada. Nós realizamos Audiência Pública sobre a saúde e violência contra a mulher; Audiência Pública sobre o feminicídio; Audiência Pública pela vida das mulheres por justiça, paz, que é esta; Sessão Solene em homenagem às mulheres que se dedicam ao enfrentamento; lançamento da Campanha 16 Dias de Ativismo, também realizamos aqui; realizamos o Seminário sobre o orçamento da mulher. E por falar em orçamento, infelizmente, o orçamento nacional tem o menor patamar histórico colocado de combate à violência contra a mulher. Isso para nós, em um país onde continua vivenciando diversas ações maldosas e más contra a sociedade, umas dessas é uma ação má contra a sociedade, contra um povo.

Aprovamos quatro leis a pedidos. E eu quero frisar que nenhuma dessas ações saíram da minha cabeça — Vereador Carlos, o qual cumprimento, Vossa Excelência, lá de Jaru, e todos aqueles que nos assistem, a Vereadora Sol, também de lá, e todos aqueles que estão aqui presentes —, mas todas essas leis vieram ao encontro e de propositura das companheiras. Nosso mandato tem na Vera, a nossa assessora, que nos ajuda a trabalhar a pauta das mulheres, e do movimento sindical rural, não é, Débora? Débora é nossa Presidente do Sindicato de Pimenta Bueno — está aqui — e também Diretora da CUT.

A inclusão da mulher na ficha do Idaron. Para quem é mulher rural sabe que até 2015, Doutor Hélio, a ficha e o cadastro só podiam sair em nome de uma pessoa. O Código Civil não permitia. Essa era a desculpa. Hoje nós podemos ter dois titulares na ficha, que é onde concentra o patrimônio da família no que se refere a rebanho bovino.

Assegurar a implantação de medidas de formação e proteção a gestantes e parturientes na violência obstétrica. Uma outra lei contra a violência obstétrica, proposta também e aprovada dentro do nosso mandato por esta Casa, sancionada pelo Governo.

O auxílio financeiro para mulheres vítimas de violência. Saiu de uma Audiência Pública aqui, proposta pelas próprias mulheres que nos disseram que precisava, à época, discutir. Inclusive, a Casa da Mulher Brasileira, que depois nós perdemos; o ônibus que depois deixou praticamente de existir, mas que foram ações propostas também. E, nós aprovamos uma última lei, proposta por um grupo de mães que tiveram perdas neonatais. Instituímos a "Semana de Perda Gestacional Neonatal e Infantil" com o objetivo de criar instrumentos de proteção e de acolhimento a essas mães quando perdem as crianças nesse período. E também várias outras ações que participamos com esse mandato, tanto eu quanto a Vera ou qualquer outra pessoa do nosso gabinete.

Quero convidar aqui o Doutor Ribamar Araújo, nosso Deputado Ribamar para fazer parte da Mesa, por favor. Obrigado nobre Deputado Ribamar Araújo pela presença.

Dito isso, eu quero fazer uma Audiência, tentar fazer de forma que a gente possa daqui tirar também demandas e ações Léo, para a gente, junto com o Governo, executar. Aí alguém me falou: "Mas nós vamos fazer denúncias, viu deputado." Eu falei: "Ótimo." Audiência pública já diz o que é. O Governo, a Assembleia Legislativa está para ouvir o povo, os Poderes, e a partir daqui achar as soluções. Nós estamos online também e poderemos ouvir e queremos ouvir a todos que estão aqui para a gente colher isso.

Antes de mais nada, nós vamos passar a palavra para a nossa Mesa posta, por um prazo curto, de preferência 3 minutos, para que façam os cumprimentos iniciais e a gente passa, então, para a programação normal do evento. E a última a usar a palavra será a senhora Sandra, aliás, Sandreia. Sandreia Silva Costa que é Presidente do Conselho e vai fazer uma apresentação já acordada entre vocês. Mas, então, eu quero chamar em primeiro lugar a Doutora Denise Luci Castanheira, representando aqui a Defensoria Pública do Estado de Rondônia para que faça uso da palavra.

A SRA. DENISE LUCI CASTANHEIRA – Boa tarde todos e todas. Meu nome é Denise, sou Defensora representando aqui a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, dirigida pelo Defensor Público-Geral, Doutor

Hans Lucas Immich. Inicialmente gostaria de agradecer o convite, cumprimentar a todos, o que faço aqui na pessoa do Excelentíssimo Senhor Deputado Lazinho da Fetagro, proponente dessa Audiência Pública.

O tema "Pela Vida das Mulheres, por Justiça e Segurança Eficaz" é de suma importância conforme já dito aqui pelo Excelentíssimo Deputado, principalmente os trabalhos realizados por essa Casa Legislativa em prol das mulheres do Estado de Rondônia. Não só os eventos, mas também as leis, todas as medidas.

A Defensoria Pública do Estado de Rondônia, naturalmente, adere aos objetivos de uma segurança e justiça mais eficazes. Nesse sentido, eu quero ressaltar, então, o papel da Defensoria que tem essa missão institucional de defender as mulheres, inclusive as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Destaco que a gente tem um núcleo aqui em Porto Velho também, o NUDEM (Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher) de apoio às mulheres, específico, com atendimento humanizado, coordenado atualmente pela Defensora Pública Débora Aragão.

Sendo assim, a Defensoria atua também juntamente com todas as instituições aqui. Então, nesse cenário, a realização desse evento, com a participação dos representantes da sociedade aqui presentes e dos represented também do governo e diversas instituições, constitui uma iniciativa essencial para efetivação de justiça e segurança. Parabéns à Assembleia pela realização desta Audiência. É uma honra para a Defensoria participar desse evento. Obrigada.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, doutora. E agora nós vamos ouvir o Deputado Ribamar Araújo, parceiro dessa Casa, um grande deputado que contribui ao longo da sua vida pública também para a defesa das nossas companheiras. A palavra está com o senhor, Deputado.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Queria, através do eminente Deputado Lazinho, cumprimentar toda a Mesa, cumprimentar todas as mulheres aqui presentes. Cumprimentar os dois vereadores de Buritis, o amigo João Orlando e o Moisés aqui presentes também. Não sei se tem mais algum vereador aqui presente, mas em nome de vocês dois, cumprimentar todos os vereadores, prefeitos que se fizerem presentes aqui.

Parabenizar Vossa Excelência por trazer para essa Audiência Pública um tema importante um tema importante. Ainda um pouco atrasado, mas parabenizar as mulheres pelo Dia Internacional que aconteceu ontem. E eu sempre falo, Deputado Lazinho, essa questão que é discutida - a violência contra a mulher – isso é horroroso. A gente não deveria mais estar discutindo temas desse tipo aqui. Infelizmente, nós estamos muito atrasados. Ninguém vai mudar isso, se não mudar, antes de tudo, a nossa cultura. Mas, com bastante atraso. Isso é lamentável demais.

E, Deputado Lazinho, eu sempre tenho em mente que o tema "A mulher", "A violência contra a mulher", até serve de muitos discursos demagógicos. E quando a gente é verdadeiro, eu, particularmente, tenho a consciência tranquila, de qual é o valor da mulher. Eu reconheço no meu dia a dia. No meu trabalho, nas minhas tomadas de decisões, sempre eu estive acompanhado de mulheres nessas decisões. Por quê? Não desmerecendo os homens. Mas a mulher, para mim, sempre foi muito mais responsável, sempre teve uma capacidade muito maior de diálogo, sempre foi muito mais sincera, sempre foi muito mais fiel.

Então, eu não tenho como deixar de me render e prestigiar, à minha maneira, as mulheres. Mas lamentando, profundamente, mais uma vez, essa violência que existe e todos nós tentamos, principalmente as autoridades – uns de maneira mais demagógica – mas todo mundo, hoje, condena essa violência, de uma forma ou de outra, essa violência contra a mulher.

Eu tenho procurado dar a minha parcela de colaboração. Eu estou elaborando um projeto, a pedido de uns acadêmicos, sobre a Delegacia, a melhoria da Delegacia da Mulher, implantando algumas coisas que faltam – que faltam lá nessas delegacias. Sei que é um tema difícil para o legislador, porque nós não podemos legislar em matérias que envolvam orçamento. Mas a gente, se não puder fazer em projeto de lei, a gente faz um anteprojeto. O importante é que nós temos que procurar, todos nós, dar a nossa colaboração.

Então, a todos vocês, um grande abraço, felicidades. Me coloco sempre à disposição das mulheres. O meu Gabinete sempre esteve à inteira disposição. Sempre teve uma predominância de mulheres, pelo que já expliquei. Então, a todos vocês, o meu carinho, o meu abraço. Felicidade a todas. Bom evento.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, Deputado Ribamar Araújo, pode contar, já, com o nosso voto no projeto e com o gabinete, se for preciso e quiser contribuição dentro do projeto, estamos à disposição.

Chamar, então, a Doutora Promotora de Justiça, Flávia Barbosa Shimizu Mazzini. Desculpa, porque a gente apanha nesses nomes, não é? É descendência...?

A SRA. FLÁVIA BARBOSA SHIMIZU MAZZINI – Japonesa. E o Mazzini é italiano.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Japonesa. Vocês estão vendo que maravilha que é o Brasil, não é? Isso é Brasil. Japonês, italiano, brasileiro. É com a senhora, Doutora.

A SRA. FLÁVIA BARBOSA SHIMIZU MAZZINI - Boa tarde a todas e a todos. Eu quero agradecer o convite do Deputado Lazinho da Fetagro para compor com o Ministério Público e estar neste momento aqui. Em nome do Doutor Evanildo, agradeço o convite. O Doutor Evanildo está em viagem. E peço licença para cumprimentar especialmente as minhas colegas de Mesa. Peço licença ao Deputado Ribamar Araújo, ao Delegado

Hélio e ao senhor, para cumprimentar, em especial, às mulheres aqui, minhas companheiras de luta por outras mulheres: Doutora Denise, a Doutora Sandreia.

Então, é muito importante que a gente esteja aqui, mulheres querendo fazer a diferença na vida de outras mulheres. Isso é relevante. É importante que mulheres possam ter esse espaço de fala, mulheres ocupem esses espaços de poder. Uma Casa de tamanha importância, uma Casa onde o povo tem a palavra, é muito importante que as mulheres estejam aqui tão bem representadas e por segmentos tão diversos. Então, cumprimento a todas.

A todas homenageio pelo Dia das Mulheres. É um dia que, realmente, nos preocupa, o quanto celebrar e o quanto lamentar pelo que não foi feito, mas muito vem se avançando, aos poucos, mas há muito ainda a caminhar. Realmente, os avanços não são na velocidade e nem na urgência e nem do tamanho que precisávamos. Caso contrário, não teríamos esses horríveis índices de feminicídio.

Ontem o Fórum de Segurança publicou os dados da violência. Rondônia não está em boas condições. Alguns Estados diminuíram, mas Rondônia teve um aumento significativo — 29,5%, 29,6% de aumento feminicídio. Isso é extremamente preocupante e lamentável, está em 6º pior. Está entre os piores Estados no número de feminicídios. Ocupa um lugar, também, muito preocupante em estupros, crimes sexuais, que é uma outra vulnerabilidade que nós temos que debater, nós temos que falar sobre isso, e também violência doméstica contra a mulher, violência doméstica e contra a mulher.

Eu trabalho em uma Promotoria de Violência Doméstica. Então, estamos essa semana em um esforço concentrado da "Semana da Paz em Casa", os colegas fazendo muitas audiências. Eu até rendo aqui meus cumprimentos também aos colegas Héverton e a Doutora Lisandra, que é a Promotora até que tem atribuição no feminicídio, está fazendo audiência agora. E dizer que a Lei Maria da Penha, apesar do tempo que tem e de todas as alterações que ela passou, todas foram para enrijecer o tema. Nenhuma das alterações foi para flexibilizar ou para melhorar a situação do agressor. Todas. Mas, nem isso está sendo suficiente para minimizar a situação da violência.

Nós recebemos com um certo olhar de esperança que muitos desses números sejam ainda mulheres que estão, finalmente, tendo coragem de denunciar. Porque sabemos que há uma demanda reprimida enorme, que o número que aparece nos processos é infinitamente menor que o número de vítimas. Mas, a seara penal, apesar de ser importante, ela não resolve. O que vai resolver é a mudança de cultura, é a mudança cultural do Brasil e uma mudança social de igualdade de gênero, de se debater a igualdade de gênero. O deputado dizia das mulheres do campo. As mulheres do campo trabalham iguais aos homens, têm um trabalho essencial e muito parecido com o dos homens, e tantas vezes são minimizadas, são diminuídas no seu valor. E o senhor dizia aqui que só um titular poderia, e isso enseja muita violência patrimonial quando há separação.

Então, essa reflexão, esse debate em um cenário desses e em uma Casa como essa é de imensa importância. Por quê? Lá no Ministério Público, nós cuidamos das políticas públicas e dos crimes. Mas, sabemos que o que vai mudar essa realidade são políticas públicas eficientes. Então, agradeço imensamente aqui. E vejo com alegria o Deputado Ribamar Araújo dizendo que vai fazer um projeto. Também o Ministério Público está à disposição.

Nós temos uma Ação Civil Pública que trata da DEAM (Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher) de Porto Velho. Coincidentemente, ontem e anteontem, fizemos inspeção técnica, o nosso corpo técnico fez inspeção. E, realmente, lá precisa de muitas alterações. Vamos, em breve, ter que conversar com a Sesdec, porque precisamos de um acolhimento melhor naquele local. São mais de, quase 5 mil ocorrências de violência doméstica só naquela delegacia. Nós precisamos de algumas soluções para melhorar o acesso da mulher, da população, que agora está lá na UNISP (Unidade Integrada de Segurança Pública), na zona leste. Então, são várias questões que precisam ser olhadas.

Vejo com alegria, óbvio, um Programa, como o deputado disse, de transferência de renda é muito importante. O componente de dependência financeira para essas mulheres vítimas é fortíssimo. Essas mulheres, muitas vezes, ficam em relacionamentos abusivos, sofrendo violência em razão do componente financeiro. Então, elas precisam ter não só a transferência de renda, mas a oportunidade de trabalho, treinamento, toda essa questão social que acompanha a vítima, o atendimento psicológico, todas essas questões. Então, é nesse sentido que eu acho que aqui é uma sede, um local muito importante de debate, porque aqui se faz política pública. Aqui pode se definir política pública.

Em relação ao MP, eu quero cumprimentar também minha colega Andréa, Ouvidora do Ministério Público. O Ministério Público inovou agora, criou a Ouvidoria da Mulher, vai ser mais um canal para recebimento de denúncias. A Doutora Andréa me dizia agora mesmo que pretende implantar ainda esse mês alusivo à mulher. Com certeza o Ministério Público vai convidar essas entidades, porque nós precisamos mostrar que vai existir mais um canal para denúncias, para a mulher poder ser acolhida e atendida nas suas necessidades. Então, agradecer o Procurador-Geral por essa sensibilidade ao tema e por tão prontamente, em fevereiro, já aprovar essa Ouvidoria, essa parte da Ouvidoria e já implantar para que seja usada pela população rondoniense.

Então, eu agradeço a todos e desejo uma boa Audiência Pública.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, Doutora, muito obrigado. Muito importante, embora aos passos sejam curtos, devagarinho as coisas têm que ir acontecendo. Não dá para a gente se acomodar. Quando da Audiência Pública, Doutor Hélio,

saiu aqui a propositura e a reclamação das mulheres, dentre várias, uma delas era a questão "mas, eu vou denunciar, eu não posso voltar para casa." E aí, como que a gente vai fazer? Tem que criar alguma transferência de renda, falando assim, mas alguma forma de pagar aluguel, alguma coisa, não é? E nós fizemos a Indicação, à época para o governo e o governo agora - pouco tempo atrás, me parece que finalzinho do ano passado - instituiu o programa, não é? E eu passo a palavra para o senhor já dizendo isso, que é bom, importante quando as proposituras que saem, mesmo que precárias, elas começam a ser implementadas. Isso é muito bom. Passo para o senhor, então, Doutor Hélio que é o nosso Secretário Adjunto de Segurança e Defesa da Cidadania do Estado de Rondônia.

O SR. HÉLIO GOMES FERREIRA - Uma grande honra estar aqui sempre. Sempre que sou convidado, venho com muita alegria. O Coronel Pachá, em viagem a Brasília, não pôde estar e eu estou no lugar dele e até bom, porque eu sou mais bonito.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Já viu que a Sesdec tem um mentiroso lá.

O SR. HÉLIO GOMES FERREIRA - Eu tenho um grande problema que é a modéstia também, que me deixa um pouquinho mais feio é a modéstia.

Tirando as brincadeiras, é um grande de prazer estar aqui, Deputado Lazinho, obrigado por convidar. Obrigado por sempre lembrar de nós. Eu também agradeço e cumprimento a Doutora Flávia. Uma pessoa que a gente tem grande admiração. Trabalhamos junto ali, sempre próximos, a Segurança pública a ela. Ela tem sido, realmente, o que ela fala, ela pisa no chão, ela tem feito a parte dela. Doutora Denise, prazer em conhecer. Sandreia, querida, bom estarmos juntos de novo, sempre juntos aqui.

Esse é um tema que muito mexe comigo. Rosa sabe já, sempre que eu estou lá, sempre que eu sou acionado e nesse ponto, eu estou sempre pronto a servir. Eu quero dizer que, com muita alegria eu vejo esse momento, é com muita alegria que estou aqui.

Deputado Ribamar, desculpa Deputado, misericórdia. O senhor me perdoe na sua humildade, nem reclamou aí, mas eu estou aqui, não está aqui no nosso papel e olhando para frente.

Nós, com muita alegria que eu vejo esse envolvimento. Porque sabe-se muito bem que o crime contra a mulher é algo muito complexo. Não é algo que a polícia pode prever, por exemplo. Nós não conseguimos prever. E temos que trabalhar só no pós e digo: todos os casos que chegam até nós são tratados com muita prioridade. Recentemente nós estabelecemos o NUPEVID, foi estabelecido ali com o apoio do Tribunal de Justiça, apoio da Sesdec. E a Polícia Militar estabeleceu, eu não sei quantos conhecem o Núcleo de Prevenção e Enfrentamento à Violência Doméstica Familiar Contra a Mulher da Polícia Militar. É um centro maravilhoso, tecnológico com um grande telão onde é tudo feito em tempo real.

Só no ano de 2021 foram feitas 6422 visitas a mulheres que foram vítimas de violência. 4875 diligências realizadas. 2929 vítimas cadastradas e aqui eu posso falar de grandes estatísticas importantes no que diz respeito ao trabalho da Polícia Militar, que também se envolveu de maneira bem mais efetiva. Polícia Militar inclusive recebe, prepara, faz todo o trabalho. E com isso tem diminuído esse problema da gravidade que acontece, porque não tem atendimento.

E a Polícia Civil continua fazendo um bom trabalho, um grande trabalho também ali. Doutora Amanda é muito combativa, uma pessoa que trabalha 24 horas por dia, às vezes está de manhã, de tarde, de noite ali trabalhando. Doutora Amanda e também sei que tem mais delegados trabalhando na DEAM sempre foi um pleito a Delegacia da Mulher 24 horas. Nós estabelecemos e explicamos que, mesmo que nós tivéssemos um efetivo muito grande, a gente não conseguiria dar conta, porque é muita gente trabalhando e o efetivo, o que chega para nós é pouco, por exemplo, às vezes chega de noite e os fatos não chegam, chega um caso, dois casos que são assimilados pela Central de Flagrantes, com todo o aparato, como a sala que foi estabelecida e construída só para isso.

Hoje, está muito melhor. Não sei se a Rosa visitou agora, com a reforma, como ficou lá. Então, o atendimento pronto, os delegados treinados. Segurança pública tem as suas dificuldades como todos os outros setores têm, mas temos procurado fazer o nosso melhor. Quero me colocar à disposição de vocês sempre. Minha sala está sempre aberta para sugestões. Lembro que, tanto a Polícia Militar como a Polícia Civil, hoje, elas têm autonomia administrativa, financeira e orçamentária. Portanto, no que diz respeito ao trabalho efetivo no campo, no fronte elas são responsáveis e devem ser convidadas para isso também.

A Sesdec hoje provê meios para que eles trabalhem melhor. Ou seja, nós trabalhamos estrategicamente captando recursos, aplicando esses recursos. Mas o projeto, eventualmente, e toda a melhoria, quem tem que trazer são as forças e que tem feito muito bem, porque nós estamos ali para servir. Então, é muito importante entendermos a complexidade. É muito importante todos serem envolvidos, como muito bem falou o deputado. E é muito importante que todos nós tenhamos a sensibilidade de entender a importância desse tema e trabalharmos juntos para que tudo seja minimizado.

Mas eu volto a dizer: Polícia Civil, Polícia Militar têm feito um grande trabalho, têm se esforçado muito para fazer o seu melhor com todo o apoio do governador e também da Secretaria de Segurança Pública, a SEAS, naquilo que toca cada um na sua perspectiva, cada um na sua esfera.

E eu agradeço mais uma vez por ter sido convidado, agradeço por estar aqui. Sei que não fazemos tudo que é necessário, mas fazemos tudo o que nós podemos

para dar o melhor atendimento.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado, Doutor Hélio. E, com certeza, ninguém duvida do esforço em poder atender. Esse é um tema que eu tenho certeza ser de extrema e única prioridade dentro de qualquer governo, porque não dá para a gente conviver com o que nós ainda convivemos, com relação a essa questão da violência contra a mulher.

Antes de passar para a Sandreia, cumprimentar os nossos vereadores lá de Buritis. Aliás, Buritis veio em peso, viu, Deputado Ribamar? Três vereadores, minha secretária de ação social, Saionara, a companheira que está acompanhando também. Olha, cinco pessoas de lá que vieram para a nossa Audiência. Fico feliz com isso.

E passo, então, para a Sandreia, que é a Presidente do nosso Conselho Estadual da Mulher, que, no ano retrasado, passou por um aperto danado aqui, umas teimosias de quererem mudar as regras do Conselho, não é? Mas, graças a Deus, os deputados, junto com o Governo, tiveram sensibilidade de não mexer naquilo que foi construído por muito tempo. Parabéns pelo trabalho, Sandreia. E a palavra está contigo para apresentação, para aquilo que você tiver à disposição.

A SRA. SANDREIA SILVA COSTA – Obrigada, Deputado. Já começar referendando este ato. Estar no Conselho, estar com este formato de Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, já é um ato de resistência. Eu gostaria também de cumprimentar, primeiramente, as mulheres que estão aqui, as mulheres que compõem a Mesa, mas quero registrar aqui duas mulheres - que acho que daqui a pouco vão falar – que representam essa luta para que nós chegássemos até aqui, Deputado, com este formato democrático, participativo, representativo do Conselho Estadual. Nós tivemos uma construção de muitas mulheres, uma teia de muitas mãos e eu queria cumprimentar essas duas mulheres que são referência na luta das mulheres, que é a Bené, que está sentada aqui, do Fórum Permanente (eu até briguei, porque ela estava sentada lá em cima), e a Rosa Negra, que representa o Sintero e que é uma grande guerreira.

Como o deputado falou, a nossa eleição no Conselho foi pautada por essas lutas. E as demais mulheres, a Presidente da CUT, que está com dengue, mas está nos assistindo, que é Conselheira; A Lionilda Simão, a Léo, do Sintero, que dá todo um respaldo, uma força; as mulheres da CTB, que é uma entidade nossa, parceira; Neira; Niedja; Adriana; Elissandra, do Sinprof, para que a gente chegasse até aqui e todas essas mulheres se uniram com alguns homens, vários homens. O Deputado Lazinho já é nosso parceiro antigo; Joelson, que preside a CTB. Então, é importante – eu acredito que seja muito importante – a gente referendar essa história de luta.

Quando nós iniciamos a construção desse modelo do Conselho, nós passamos por um processo muito desgastante com o Governo do Estado. Eu quero ressaltar aqui que o papel do Conselho é ser controle social. Então, controle social, por si só, já causa um impacto na gestão, porque - o Doutor Hélio, a gente brinca que nós somos parceiros -, algumas Secretarias não compreendem o que significa você vir aqui e pautar a necessidade daquelas que nós representamos. Esse 8 de março de 2022 deve representar o 8 de março que vai romper com a barreira da violência. O nosso Estado precisa responder de forma eficaz. Por isso que a nossa proposta é que seja uma Audiência Pública que não venha nos homenagear, porque historicamente nós recebemos flores, mas a maioria de nós acaba morrendo.

E agora, até hoje, dois meses, entrando no terceiro mês, nós já temos 20 mulheres mortas em Rondônia. Apenas oito qualificadas como feminicídio e é necessário a gente reforçar que nós precisamos lutar pela vida das mulheres. E aí, Deputado, o Deputado Lazinho já conhece bem a nossa luta e sabe que ela é pautada por informações e por dados.

Então, nós tivemos, o ano passado, assumimos a Presidência do Conselho através desse processo. Inclusive, agradeço aos deputados que estão aqui, que votaram contra a mudança na Lei do Conselho, que era uma lei que o Governo do Estado propôs para que as mulheres não fossem mais representadas por suas entidades e por suas diversidades. O Conselho, hoje, representa a diversidade do nosso Estado. Nós temos mulheres negras, nós temos mulheres índias, quilombolas, nós temos mulheres das águas, mulheres alagadas, nós temos todas essas conjunturas de mulheres. Eu quero referenciar essa questão da Marcha das Margaridas, que nós, por muitos anos construímos aqui em Rondônia, e a Marcha das Margaridas traz essa diversidade.

Então, nós entramos no Conselho, tomamos par desses desafios que nós teríamos. O primeiro deles foi a eleição. Eu queria até pedir aqui uma salva de palmas para a Laura que era uma Conselheira – a Laura está ali -, representa hoje a CRIC (Companhia Rondoniense de Incentivos Culturais), que é uma Assistente Social. Gostaria de pedir uma salva de palmas para a Laura, que presidiu – olha só -, presidiu o Conselho de forma interina quando a conselheira da Seduc (Secretaria de Estado da Educação) foi retirada do Conselho.

Por que a Sandreia está falando disso? Porque para que nós tivéssemos hoje – eu não sei se já está apresentando aí -, mas nós trouxemos aqui um dossiê que nós captamos através de todos esses diálogos, de todos esses debates, da oitiva em diversos municípios. Ele está denominado como "Dossiê da Violência Contra a Mulher em Rondônia – Desafios para a Aplicação das Políticas Públicas de Forma Eficaz". Eu não sei se já está aí a apresentação, acho que eles vão apresentar, mas nós vamos entregar esse dossiê para o Ministério Público, uma cópia vai ser encaminhada ao Ministério Público, à Defensoria Pública, a esta Casa e à Sesdec, à SEAS – não é Laura -, e uma outra Secretaria, a Secretaria de Governo. Porque são os entes que envolveram esse debate. E não adianta a gente ir voltando a falar da violência contra a mulher, enquanto nós não nos

Autenticidade, integridade e interoperalidade - ICP BRASIL VIDE ORIGINAL https://transparencia.al.ro.leg.br/Diario/

depararmos que a violência é um problema mundial.

(Apresentação de slides)

A violência de gênero é um problema global. Ela é independente de idade, de classe social, de etnia, de religião, de nacionalidade, orientação sexual ou de condição social. Nascer mulher já é um desafio. Se você for olhar a história, todas nós sofremos algum tipo de violência, seja ela psicológica, seja ela patrimonial, seja ela social. Então, nascer mulher já é esse desafio, e nós, da Comissão de Articulação e Implementação do Conselho, celebramos, ano passado, um projeto chamado "O que te move?". Um projeto com a Emater e o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, que nos deu o desafio de visitar os municípios do Estado para que a gente pudesse fazer, trabalhar, a implementação dos conselhos municipais.

Então, a Marli iria fazer essa fala, mas ela teve que ir para Brasília - a Marli é a nossa conselheira da OAB -, e nós vamos sair no Estado de Rondônia, de sete Conselhos para 26 ainda este ano. Foi uma loucura, foi um grande desafio, e eu reafirmo esse agradecimento com todas as parcerias.

Antes de a gente começar esse trabalho, a Comissão de Violência do Conselho Estadual, porque o Conselho é organizado através de suas comissões, presidido pela Adriana, que representa o Conselho aqui através da SEAS. Eu nem tinha visto a Adriana, meu óculos estão embaçados, mas tinha visto agora. A Adriana que é a Assessora da Política da Mulher da SEAS, que também compõe o Conselho, nós fizemos uma reunião online, já em período de pandemia, com as DEAMs de Porto Velho, Ariquemes, Cacoal, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Rolim de Moura, Vilhena e ali nós nos deparamos com uma enxurrada de informações que iam de encontro às informações que nós tínhamos, que eram que as delegacias do Estado de Rondônia, as delegacias especializadas, eram delegacias regionalizadas.

Então, quando a gente olhava, nós temos a delegacia de Porto Velho, legal. A delegacia de Porto Velho regionaliza o atendimento. A delegacia de Rolim de Moura, de Vilhena. E a primeira fala das delegadas e dos delegados é que eles não conseguiam atender essas regiões, porque não tinham estrutura, não tinham recursos humanos e nem estrutura mesmo nas delegacias para atendê-los.

Então, a gente já acendeu um sinal de alerta. Bem nenhuma das DEAMs funciona de forma regionalizada. Já é um grande desafio. Você imagina, nos municípios que nós temos as delegacias, eu vou citar um exemplo que eu agora falava com a Doutora: Porto Velho. A delegacia de Porto Velho estava caindo na cabeça dos seus trabalhadores ali. Nós fomos lá, fizemos Ata – não é Bené? -, viemos a esta Casa, porque a gente gostaria que fizessem a reforma da delegacia e que se fosse possível a gente tivesse uma delegacia na Zona Leste.

A Sesdec levou a delegacia para a UNISP, mas isso descampou uma situação, porque aquela delegacia tinha uma realidade de ser no centro de Porto Velho, então, todo ônibus parava na frente. A gente tem fotos da situação da delegacia. A nossa Vice-Presidente é a delegada Doutora Lucilene - muito participativa, atuante -, e a Doutora Lucilene nos passava: "gente, precisa arrumar um projeto para reformar a delegacia". Inclusive nós conseguimos - não é Rosa - a reforma de Vilhena e de Cacoal, através dessa conversa, de articulação, de Emendas parlamentares e por aí vai. Para vocês verem o tamanho do desafio. E aí doutora, nós temos quantos mil? Cinco mil casos de violência, em Porto Velho, registrados, e você para e analisa o quanto deles não estão registrados.

Com isso, nós concluímos que as informações estavam truncadas e nós inserimos no nosso cronograma de viagem, que foi uma coisa bem louca, que a gente tirou o nosso horário de almoço, a gente não almoçava e ia visitar todas as delegacias. Então, todos os municípios nós visitamos, 26 deles nós visitamos as delegacias, os postos policiais, as UNISPs para a gente saber, ouvir dos delegados e dos agentes públicos, como eles estavam atendendo essas mulheres.

Está no dossiê, bem interessante. Em todos os municípios que a gente chegava eles diziam assim: "olha, primeiro eu quero parabenizar a Polícia Civil do Estado de Rondônia, os delegados, as escrivãs, as delegadas e também da patrulha Maria da Penha, porque esse povo salva vidas todos os dias, mas é preciso que o Estado compreenda o seu papel. Não dá para você não estruturar." Todos os municípios que nós visitamos diziam a mesma coisa: "a gente poderia fazer mais, mas nós só trabalhamos até 13h30min, mas chegou aqui em 24 horas a medida protetiva está na mão".

O Judiciário e a Polícia Civil do Estado de Rondônia em 24 horas dão a medida protetiva. Só que a medida protetiva não é garantia de salvar vidas. Olha o caso da Professora Joselita, aqui em Porto Velho, estava com a medida protetiva em mãos e foi assassinada.

Então, o que era necessário? Que a polícia tivesse condições de manter o agressor longe. Esse é um dever do Estado. Não é a mulher pegar um papel e ficar lá na frente da casa dela dizendo: "está aqui, estou com a medida protetiva aqui". Quando o homem chega no ciclo de violar o direito daquela mulher e de agredi-la, ele não está mais nem aí, não quer nem saber de ler.

Então, é preciso que o Governo do Estado de Rondônia compreenda o seu papel, porque não é ter vontade, não é querer. Foram eleitos e quem foi eleito tem o dever de cumprir com as políticas que o nosso Estado necessita, sobretudo quando nós estamos vendo 20 mulheres, de janeiro até aqui, mortas. Essas mulheres, nada do que eu lhes diga vai trazer a vida delas de volta.

E são situações que a gente vai virando – Rosa Negra falava muito isso comigo -, a gente vai virando uma "esponja", porque a gente começa ligar para delegada, as pessoas começam mandar mensagem para você: "eu estou sofrendo essa agressão", "eu estou sofrendo isso". Rosa Negra vai falar mais sobre isso.

Mas, nos 26 municípios visitados, nós não temos corpo efetivo da Polícia Civil do Estado de Rondônia.

Então, esse dossiê nós estamos encaminhando ao Ministério Público, por que esse concurso público não sai? O que está faltando para sair o concurso da Polícia Civil? Por que esse concurso não está integrando a questão da Psicóloga e da Assistente Social? O que é necessário, porque essas mulheres chegam na UNISP e elas são revitimadas, porque aquele policial não está vivendo a dor dela. Ele recebe... É como os médicos, todos os dias eles veem alguém com o braço quebrado, de repente aquela dor do braço quebrado passa a ser efêmera, é assim também no nosso dia a dia. Nós mulheres sabemos disso, todos os meses nós passamos por nosso ciclo, vai virando uma coisa natural. E, é assim que a Polícia Civil de Rondônia está.

Vou dar só um exemplo, do Município de Nova Mamoré. Lá em Nova Mamoré a gente chegou, o pessoal fica feliz quando nos recebem, eles recebem a gente com alegria, com café, "poxa, que bom que o Estado está olhando para os nossos municípios". Eles dizem todos os dias, que todos os dias eles recebem denúncias. Todos os dias, e que a maioria das ocorrências são de violência contra as mulheres. E o Estado, como é que o Estado vai resolver essa situação? Porque, quando o Estado propõe um programa de governo, ele sabe que todos os seus segmentos precisam ser respondidos.

E aí nós nos deparamos com essa situação: com um Estado violento – a Rosa vai falar mais sobre isso -, mas um Estado em que as mulheres são vitimizadas e revitimizadas, porque uma vez que naquele município não tem uma rede de enfrentamento à violência, esse elo da Lei Maria da Penha é quebrado. O elo é quebrado. Uma vez que o elo é quebrado como que nós vamos conseguir salvar, eu vou repetir, salvar a vida dessas mulheres?

Nós chegamos em Alto Paraíso. Eu quero agradecer aos vereadores, nessas visitas nós visitávamos os vereadores, prefeitos, os delegados e delegadas e as Secretarias de Assistência e fomos muito bem recebidos. Mas os vereadores, em sua maioria vereadores homens. A gente encontrava uma mulher entre os nove, entre os doze; duas mulheres, uma ou nenhuma, na sua maioria. Então, é preciso que a gente compreenda isso.

Nós chegamos em Alto Paraíso, os vereadores disseram assim: "esses dados de vocês não são reais. Os homens não são assim. Os homens não fazem isso com as mulheres, vocês estão exagerando". A gente teve que segurar a Rosa Negra porque senão, a gente achou que a Rosa Negra ia... Enfim, "Vereador, o senhor está dizendo que a gente está mentindo?" Foi muito engraçado. Mas, os homens não acreditam no que nós estamos dizendo. Mas, nós precisamos compreender a cultura patriarcal, machista e que está enraizada na nossa sociedade. Ela tem que estar acima, essa consciência coletiva, ela deve estar acima das nossas ideologias individuais.

E a gente ouviu várias pessoas dizendo: "olha, a lei é muito boa no papel, mas a lei não é eficaz." Sim, a lei muitas vezes não é eficaz, porque dentro da lei diz o que tem que fazer com uma mulher que sofreu uma violência psicológica. Ela diz o que é que tem que fazer com uma mulher que sofreu uma violência sexual. Mas, o que que acontece com essas mulheres? Elas voltam para casa ou elas são revitimizadas. A gente tinha relatos de que agentes de saúde viram as mulheres sofrerem violência, mas não fizeram nada porque eles eram agentes de saúde, eles não eram da segurança pública. Quando na lei, a principal porta de entrada é a notificação da saúde. Quando na lei, a porta de entrada é a escola. É a educação. É lá na escola que a professora olha e vê o desenho, pela pedagogia, ela vai saber que aquela criança está sofrendo abuso. A Doutora falava aqui comigo. Os índices de violência contra a criança e o adolescente no Estado de Rondônia são gravíssimos. Então, a delegacia de Porto Velho, nós precisamos...

Nós até, o Deputado Lazinho, tínhamos conversado de ir para a Escola do Legislativo, a delegacia, que era pertinho de lá e tal. Não deu, porque seria um convênio com... Mas, a gente precisa reformar. Qual é a dificuldade de reformar uma delegacia? De reformar um prédio que presta um serviço tão importante para a sociedade de Rondônia, de Porto Velho e assim sucessivamente?

Hoje, duas delegacias estão boas: a delegacia de Cacoal, graças ao trabalho do Conselho de lá, foi excelente o trabalho dessas mulheres; e a de Vilhena. São Conselhos fortes, atuantes, por isso que vai ser importante nós termos 26 municípios com Conselho funcionando e fazendo essa cobrança. Essa cobrança não é da Sandreia, não é da Rosa, não é da Laura, não é da Adriana, não é da Bené, não é da Neira. Essa cobrança é da instituição coletiva pública que é o Conselho dos Direitos da Mulher. Assim como o Conselho da Criança, o Conselho de Saúde e todos esses outros Conselhos.

E eu quero registrar que nós tivemos outra dificuldade, que foi aquela PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da morte. A PEC congela investimentos para a educação, para a saúde e para assistência social. E ela vai direto encontrar com quem? Com a maioria vulnerável. Quem é a maioria vulnerável desse Estado?

Eu não aceito que digam que as mulheres são minoria. Nós não somos minoria. Nós somos maioria vulneráveis, porque quando fechou a escola por conta da pandemia, quem perdeu o emprego foi a mulher. Quando fechou a creche, quem saiu do mercado de trabalho foram as mulheres. E nós não podemos lidar com isso como brincadeira. Nós não podemos achar que assistencialismo é política. Assistencialismo não é política, Doutor Hélio. Assistencialismo não é política pública. É tanto que o SUS diz e rediz e fica repetindo isso, como um mantra. Política tem que ser política de Estado. Política que no próximo governo se acaba porque "aquilo ali não é do meu governo." Não pode ser compreendido dessa forma. Um fato certo é isso: nós tínhamos uma coordenadoria. Nós somos reduzidos a uma assessoria de políticas. E quando você chega lá na ponta, a ponta não conhece. Não conhece. E nós precisamos compreender isso.

As mulheres estão pedindo socorro para a gente,

sabe. A gente teve... A Rosa vai falar mais sobre isso, mas a gente começa a ter uma dor infinita porque a gente não sabe o que fazer. A gente não sabe o que fazer. E eu vou repetir a frase de um delegado lá de Nova Mamoré... Ou era de Mirante da Serra. Ele falou o seguinte: "eu fico olhando para essas mulheres, faço a medida protetiva, aconselho, explico o resultado disso, ela não pode aceitar quebrar a medida, ela não tem que quebrar, enfim... Mas, quando aquela mulher sai, me dá um aperto no peito. Será que eu não vou daqui três dias ir lá instalar um inquérito da morte dessa mulher?"

É assim que a Polícia Civil tem vivido. E dizendo ainda que eles têm somente... Buritis precisava de 20 agentes, tem três. Nova Mamoré precisava de sete, tem um. Um delegado para cinco municípios, quatro municípios. E vai estar aqui no dossiê que vocês vão receber.

O SR. HÉLIO GOMES FERREIRA - Você pode explicar um pouquinho? **(fora do microfone)**

A SRA. SANDREIA SILVA COSTA - Não, aí depois eu concluo.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Vamos ouvir e depois a gente abre novamente para a Mesa, para todo mundo.

O SR. HÉLIO GOMES FERREIRA - Não, só para contextualizar, para fazer a mea culpa, mas também explicar algumas coisas. **(fora do microfone)**

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Não, não... Sim, sim. Vai... Vamos ter...

A SRA. SANDREIA SILVA COSTA - Vocês vão receber também esse dossiê e eu acredito que vai ser muito interessante a gente fazer essa troca, sabe. Mostrar que esse trabalho que nós fizemos e que foi um trabalho feito a duras penas, é um trabalho para que a gente diagnostique essas situações. É para diagnosticar. É para que a gente veja a real situação das mulheres. Para que a gente não fique repetindo: "ah não, nós temos esses e esses e esses programas, mas são programas que são assistenciais." Que é o que tem que ser rompido. Que tem que fazer a diferença.

Para vocês terem uma ideia situação, o Governo do Estado vetou oito artigos, aliás, a lei de abril de 2020 - Rosa Negra, Adriana, as meninas do Conselho vão lembrar muito bem disso -, que surgiu aqui nessa Casa o projeto prevendo as medidas de acolhimento à vítima de violência. 12 artigos de 23 foram vetados pelo Governo. Sem explicação, foram vetados. E vocês dizem: "gente, mas e aí, como é que ficou? Qual foi o resultado disso?". Nós não sabemos. Assim como o Chameron (Centro Humanizado de Atendimento à Mulher no Estado de Rondônia).

Eu até reclamei bastante, inclusive para o Presidente desta Casa, que aquela propaganda da Assembleia Legislativa era uma propaganda enganosa. Que ela não podia dizer que "ela salvava a vida das mulheres", porque, inclusive, estava cometendo um crime contra as próprias mulheres. Então, assim, é nesse sentido que nós estamos aqui: para dialogar. Vão ter várias fotos dessas visitas, das estruturas de delegacias...

Teve uma delegacia que a gente foi, que foi muito engraçado. O delegado falou: "ah não, a gente conseguiu um projeto e a gente reformou essa delegacia", "legal, e o senhor reformou o quê?", "Não, eu reformei aqui a minha sala, mas ficou melhor." Quando a gente saiu, começou a chover e começou a chover na recepção da delegacia, e tira os papeis e ele falou assim: "quer dizer, a gente precisa terminar de reformar a delegacia toda." Depois, a gente até brincou com ele. Falei: "Doutor, acho que está faltando um olhar de uma mulher aqui para dar uma organizada nessa situação."

É urgente, é necessário que a gente dê as mãos, que a gente caminhe olhando para algo maior, que não é eu gostar ou não de você, eu gostar ou não do seu perfil, da sua luta, da sua história, mas é eu entender que a sua e a minha história podem salvar vidas. Porque nós estamos lidando com o feminicídio em Rondônia de forma assustadora. De forma assustadora. "Ah, mas ele era bandido. Ele era filho de não-sei-quem." Não, ele era um homem que foi criado e que olhou para a mulher e achou que ela era um objeto dele. E que ela não merecia permanecer viva.

Então, nós precisamos avançar. O Conselho está à disposição para avançar e dizer que dessas viagens, do resultado dessas viagens que nós fizemos ao interior, a gente acha que a gente vai poder olhar para o Governo do Estado e pedir de forma muito humana — não só política, mas humana —, que entenda que, se políticas efetivas não acontecerem, nós vamos continuar vendo mulheres morrer. E muitas vezes essas mortes poderiam ter sido evitadas. Eu repito o caso da professora Joselita, que foi tirada da casa dela, foi para Candeias e mesmo assim, com a medida protetiva, foi morta.

Nós estamos à disposição. O Conselho funciona na CASAC-SEAS, na Casa dos Conselhos, mas a gente trabalha muito mais, e agora, por conta da pandemia. E o relatório vai estar aí, vocês vão poder ler, concordar, discordar, dizer que querem mudar, que querem acrescentar. Nós estamos abertos para dialogar. Agora, nós precisamos que as mulheres sejam salvas. Muito obrigada.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Ok, Sandreia. Vamos ouvir... A senhora queria um minutinho, doutora? É para complementar?

A SRA. FLÁVIA BARBOSA SHIMIZU MAZZINI – É um segundo. É só para dizer que, além disso, a demanda não é nem recente. Essa Ação Civil Pública que eu estou dizendo que o Ministério Público tem sobre a DEAM de Porto Velho é de 2013. E o primeiro pedido é para lotação de 25 servidores para atender, a demanda

lá de 2013.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Certo.

A SRA. FLÁVIA BARBOSA SHIMIZU MAZZINI – Então, se passaram... estamos em 2022.

E dizer que essa questão realmente de agora — se aproxima uma eleição —, é importante pensar na composição. Nesta Casa nós temos duas deputadas — 8% da composição. Então, é importante também que as mulheres se envolvam e estejam na política também.

E aproveitando, já que o Doutor Hélio vai falar, dizer que a DEAM agora precisa, urgentemente, de Psicólogo e assistente, até por causa do Programa de Transferência de Renda.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Certo.

A SRA. FLÁVIA BARBOSA SHIMIZU MAZZINI – Não tem assistente social e é uma necessidade. E cumprimentar a Doutora Amanda, que me escreveu que está acompanhando. E parabenizar toda a equipe da DEAM, que é guerreira; e a Bené também, nossa parceira de primeira hora. A gente estava semana passada projetando coisas juntas.

Então, só dizer isso, e pedir a ajuda realmente da Sesdec para que a gente faça uma coisa nessa ação e isso possa refletir num melhor atendimento.

E, doutor, só dizendo: o IML hoje está a 20 quilômetros da DEAM. A mulher vulnerável de baixa renda não tem como vir fazer o exame nessa distância. Então, realmente elas são levadas. Desde a semana passada. Elas não eram levadas, porque nessa ação nós fizemos um acordo com a Polícia Civil. Não, elas não eram levadas, só as do flagrante. Obrigada.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Ok, doutora. Um minutinho para o Doutor Hélio.

Assim, era das 14h30min às 17 horas. Como nós começamos atrasados, vamos até 17h30min, e não podemos passar, porque senão o nosso horário aqui, depois a gente apanha. E a gente tem que ser bastante didático para a gente vencer. Nós temos uma hora de trabalho ainda. E aí, bastante didático nisso para poder a gente completar o trabalho no horário exato.

É com o senhor, por um minuto.

O SR. HÉLIO GOMES FERREIRA - É rapidinho. Eu tenho visto muita gente criticar, reclamar, quando as suas entranhas são evisceradas — desculpe o termo. Na verdade, eu agradeço, eu agradeço muito ao Conselho pelo que fez. Que trabalho maravilhoso! Um trabalho muito bom.

Só quero explicar, com relação ao efetivo da PC: nós passamos 11 anos sem concurso. Onze anos. Depois de 11 anos sem concurso, passamos mais 5 anos sem concurso. A gente não vai conseguir corrigir no meio de uma pandemia, lembrando que nós fomos proibidos de fazer concurso no início do ano de 2020, e só foi nos liberado a recomposição das nossas fileiras, ou seja, por isso que nosso concurso teve essa peculiaridade de recompor, que não vai conseguir, nós não vamos conseguir suprir.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Exato.

O SR. HÉLIO GOMES FERREIRA - Então, essa é uma coisa a se falar. Esse é o problema do efetivo da PC.

O concurso, doutora, vai ser assinado, graças a Deus. Tivemos problemas na burocracia, que é natural em um concurso tão desejado.

Mas, eu agradeço o trabalho que foi feito. A senhora entende agora. A senhora pisa no chão conosco, entende que a segurança pública não é responsável por tudo, mas está fazendo muito. E eu agradeço à senhora ter reconhecido isso. Muito obrigado, Sandreia. Muito obrigado pelo trabalho que vocês fizeram. Garanto que nós estamos procurando melhorar e fazer o nosso máximo. A senhora sabe muito bem que contratação pública para reforma também é uma coisa muito complexa, mas nós estamos trabalhando já — a Sesdec — pelo Fundo de Segurança Pública e por outros meios para fazer uma reforma ali, para derrubar aquele prédio e construir um prédio decente. Estamos agora começando a obra da água do complexo das delegacias especializadas. Se Deus quiser, vai começar até o meio do ano.

Então, estamos caminhando. Mas eu posso passar tudo isso pra você. Me faça uma visita e a gente conversa com mais tempo, que o Deputado já está brigando comigo aqui. Eu respeito muito dele.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - A senhora Rosa vai usar da palavra, a Rosa Negra.

Eu vou liberar para quem quiser se inscrever. As nossas meninas vão pegar o nome, para a gente fazer a inscrição de todos que queiram utilizar da palavra por três minutos, para a gente poder ouvir o máximo de participantes possíveis.

Rosa. Dona Rosa Negra vai para...

A SRA. ROSENILDA FERREIRA DE SOUZA SILVA (ROSA NEGRA) – Eu não consigo falar de máscara. Quero saudar aqui a Mesa em nome da Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, a Sandreia. Quero saudar todas as mulheres, por ordem, a gente saúda a maioria, nós somos a maioria. Quero saudar todas as mulheres, em nome da Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação, Lionilda Simão, e cumprimentar todos os nossos companheiros que estão aqui.

Agradecer a todos que estão na galeria. Os meus companheiros de luta do sindicato, estão todos ali. Não dá para chamar todo mundo pelo nome, porque senão depois eu deixo alguém de fora. E dizer, eu fico muito emocionada, as meninas estão ali, lá de Buritis, que nos receberam muito bem. Muito obrigada e feliz de ver vocês aqui conosco.

E dizer que quando nós falamos de violência contra as mulheres, não é as vísceras Delegado Hélio, é porque é realmente muito forte o que a gente encontrou e o que nós vivenciamos no dia a dia e o que nós vimos nos municípios.

(Apresentação de slides)

Pode ser que nós não temos concurso há muitos anos e é por isso que nós fazemos a defesa que a política seja, não uma política de governo, mas uma política de Estado. Que os governos continuem implementando a política pública.

O que nós vemos é que as políticas voltadas para as mulheres estão sempre na contra mão da história, visto isso quando o orçamento só diminui, sendo que nós somos a maioria. Somos a minoria nos Parlamentos, mas somos a maioria. Somos a maioria que votamos, somos as que morremos, as que são violadas, massacradas, desrespeitadas, somos nós: as mulheres.

Nós falamos do que nós vivenciamos no dia a dia e o Estado de Rondônia não tem avançado no que diz à coibição da violência contra as mulheres. E não é por falta de diagnóstico. Diagnóstico nós temos, o que nós vamos fazer com o diagnóstico que nós já temos? É reduzir a nossa Coordenadoria de Mulheres que deveria ser uma Secretaria, a uma simples assessoria? Isso não é implementar política, é desconstruir a política. É desconstruir a política. E nós sabemos do empenho da Adriana. Nós sabemos que ela tem seus limites como assessora. E nós não estamos falando aqui: "Ah, porque ela é isso, porque é aquilo." Porque nós conversamos com a sociedade civil. Nós dialogamos com todos os segmentos da sociedade nos 26 municípios que nós visitamos, inclusive com a sociedade civil.

E nós vivenciamos em alguns Parlamentos, como foi o caso de Alto Paraíso, quando você falar sobre os dados, um vereador virar para você e dizer: "Mas, não é muito mi-mi-mi?" Como nós dialogamos, senhores, com um Parlamento que aprova as leis e você vê um parlamentar dizer para você que é "mi-mi-mi" a mulher ser morta, estuprada, desvalorizada e desrespeitada. Não tem como você não ficar esviscerada mesmo. Não tem como você ouvir isso e ficar calada. Não tem como.

E quando nós falamos de violência, nós estamos falando de uma realidade que chega todos os dias nos nossos celulares. Por que nós estamos pedindo a implantação da ouvidoria dentro do Conselho? Porque os nossos celulares viraram centrais de ouvidorias. E, graças a Deus, nós temos pessoas no Ministério Público, eu não sei por que não está aqui também, que saiu da Vara da Violência, mas a doutora Tânia que é nossa parceira. E quantas vezes nós ligamos para a doutora Tânia para dizer: "Doutora Tânia, tem mulher em cárcere privado." É denúncia em nossos celulares. "Está indo para lá a P2 para verificar." Isto não é brincadeira. Isto não é mi-mi-mi. Nós somos o quarto Estado em violência contra as mulheres. E eu estou cansada desse número. Nós somos, agora, o quarto Estado que mais estupra. Nós somos o nono Estado, e aí, a gente tem que parabenizar, também, nós estávamos em sexto e agora vejam os dados lá, que nós estamos em nono. Mas, quando a gente ouve falar que 22 mulheres foram mortas em menos de três meses, eu não sei como que vão ser os dados de 2023.

Nós somos o Estado que mais desrespeita as mulheres. É o 10º Estado em piores qualidades de vida para as mulheres. E nós trouxemos na bagagem um outro dado, que é dialogar com o Conselho da Criança e do Adolescente. Porque, por onde nós passamos, as denúncias de violência contra vulneráveis, são assustadoras. Você sabe o que é uma criança estuprada sair lá de Costa Marques, cheia de esperma, para ir para um espaço onde tenha... para ir ao IML? 400 quilômetros, 300 quilômetros, 500 quilômetros. Uma criança estuprada, uma mãe estuprada; dentro de uma viatura, porque não tem, a polícia faz o que pode. Nós ouvimos relatos de pessoas relatarem, de Secretários de SEAS chorarem conosco. Está doente.

Nossa fala não é contra pessoas. Nossa fala é para que a política pública aconteça, de fato e de direito, e que chegue na ponta. E que chegue lá onde é necessário. Lá em Costa Marques, que é região de fronteira, onde tem todos os tipos de violência. Tem a droga, a bebida, tem tudo ali. E um delegado que precisa de 27 trabalhadores tem sete.

Então, é disso que nós estamos falando. Se o Estado de Rondônia não consegue proteger o seu maior público que somos nós, as mulheres, logicamente, que este é o pior Estado para as mulheres estarem. Não é Estado para as mulheres viverem. E quando nós chegamos nos Parlamentos, quando nós dialogamos com a maioria dos Parlamentos, masculino, os senhores parlamentares: "vocês não têm unidade. Por isso que vocês não estão aqui." E eu digo para vocês: nós temos unidade. Nós somos unidas. Porque nós conquistamos direito ao voto, à amamentação, nós conquistamos o direito de estarmos onde nós quisermos, então nós somos unidas. Foi uma luta nossa. Ninguém nos deu nada de graça. Foi a nossa luta que nos trouxe até aqui.

Então, Rondônia está nesses tristes índices. Os delegados, quando nós chegávamos, dizíamos: "Delegado, como é que estão as denúncias?", "80%". Os delegados diziam: "80% é contra as mulheres". "E como é que o senhor está fazendo com 2 investigadores para 5 municípios?" Ele dizia: "A gente vai pôr ordem de prioridade, não é? Feminicídio, homicídio, estupro. Os outros, a gente vai trabalhando como dá." Foram essas as falas que nós ouvimos.

Então, hoje, nessa Audiência Pública, nós também estamos denunciando. Por que nós estamos denunciando? Porque o Estado precisa ser responsabilizado pelo que está acontecendo. Se a política pública não está acontecendo, nós temos que ver onde está esse gargalo. Nós dialogávamos com o Secretário de Assistência Social, sobre a rede de enfrentamento. Se a rede não funciona, a mulher morre. Se um elo da rede se quebra, a mulher morre. Como nós dissemos

aqui, como a Presidente relatou muito bem: somos nós que estamos sentindo esta dor. Somos nós que estamos sendo violentadas. Assediadas. E desrespeitadas neste Estado.

Então, nós precisamos gritar porque essa é a nossa dor. Os secretários, nós batemos na mesma tecla, dialogando com os prefeitos, com os vereadores, onde chegam os projetos. Para vocês terem uma ideia, chegou um projeto na Câmara de Vereadores, nós tivemos que virar a noite, mandamos pesquisa porque os vereadores fizeram um enfrentamento; disseram que nós não estávamos falando a verdade, que nós tínhamos que provar o que nós tínhamos falado. Nós tivemos que mandar para a Secretaria de Ação Social, para a Câmara de Vereadores, para a Prefeitura, todos os dados. E mesmo assim, eles rejeitaram o projeto da Vereadora. Porque era o que eles queriam.

E pasmem vocês, a violência institucional é terrível neste Estado. As mulheres sendo violentadas dentro de algumas prefeituras, não são todas. Esta Câmara, com um agressor dentro da Câmara e sendo protegido pela equipe, e sabe o que o vereador me disse? "Vocês querem que ela denuncie? E depois quem vai tratar dos filhos?" Então, é melhor que a mulher fique sofrendo violência até ser morta, porque o Estado não chega, o Estado não alcança. "Quem vai dar comida para os filhos dele?" Foi essa a resposta, doutora, que nós ouvimos. Rejeitaram o projeto. Agora vai ser colocado em votação novamente, que nós conversamos umas estratégias, foi para lá uma promotora, fez o debate. Então, deputado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Para concluir, Rosinha.

ROSENILDA FERREIRA DE SOUZA SILVA (ROSA NEGRA) – Vou concluindo. Rondônia precisa avançar. Nós temos diagnóstico. O que mais é preciso? O diagnóstico está aqui. E o pior de tudo isso, Bené, é que todos os anos nós temos o diagnóstico: Rondônia em quarto lugar; Rondônia em quarto lugar que mais assedia; Rondônia é o quarto que mais estupra; Rondônia é o sexto, é o oitavo, é o nono que mais mata. Nós temos diagnóstico. O que vamos fazer com o diagnóstico? Vamos conversar com a Secretaria de Segurança Pública, com o Governador do Estado. Nossa parte, enquanto sociedade civil, nós estamos fazendo. Obrigada. Eu sou assim meio visceral mesmo, Doutor Hélio, porque é preciso. Eu não posso falar de violência contra as mulheres com tranquilidade.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Rosa, a Audiência Pública é para isso. Se for para chegar aqui e não apontar nenhum defeito, não tem nenhum problema, não tem necessidade de Audiência Pública. Vamos ver, por favor, quem se inscreveu. Não? Então passa para mim. Cadê as meninas? Deixa eu colocar aqui. Léo, Bené, Niedja. Eu vou fazer o seguinte, já vão falando essas, e pega para mim, coloca num papel limpo, que fica mais fácil, não é? Joelson também está inscrito, Presidente da nossa CTB. Vamos então ouvir a nossa amiga Léo, depois a Bené, e depois a Niedja. Ok? Por três minutos, viu, Léo.

A SRA. LIONILDA SIMÃO (LÉO) – Ok. Deputado Lazinho da Fetagro. Eu quero te parabenizar por promover essa Audiência Pública. Em seu nome, cumprimentar todos os componentes da Mesa. Gostaria, em nome da nossa companheira Elissandra, Presidenta do Sinprof, cumprimentar todas as mulheres que neste momento estão acompanhando esta Audiência. E gostaria, em nome do Joelson, Presidente da CTB, um homem que sempre está na luta conosco, cumprimentar todos os homens presentes que estão acompanhando, porque essa luta não é só nossa; essa luta é da sociedade; e essa luta precisa da participação comprometida dos homens.

Eu gostaria de fazer aqui uma fala em relação a esse mês de março, em relação ao dia 8, porque historicamente o que tentou passar para nós é que esse era um dia de comemoração. Mas é muito bom, hoje, no dia 9, estar acontecendo essa Audiência, porque essa Audiência vai colocar escancaradamente para a sociedade o resultado de um trabalho feito pelo Conselho Estadual das Mulheres. Parabéns por isso. E não são só denúncias. São denúncias documentadas porque estão dizendo que tem um dossiê. Então, nós não poderíamos deixar de parabenizar, porque diante de um dossiê, diante de provas coletadas em todo o Estado de Rondônia, não tem como o Estado não intervir, porque a partir do momento que ele não intervir, o Estado está sendo omisso. E políticas públicas voltadas para as mulheres no que diz respeito à violência, no que diz respeito aos direitos, elas são necessárias. Então, nós não podemos simplesmente ficar dentro de um contexto de coibir, dentro de um contexto de assistência. Nós precisamos evitar que a violência aconteça.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Um minuto.

A SRA. LIONILDA SIMÃO (LÉO) – E eu quero aqui, ainda, falar algo que nós, enquanto mulheres, precisamos refletir. Não justifica nós sermos mais de 50% da sociedade e nós não estarmos participando dos espaços de Poder. Falar sobre empoderamento é fácil. A palavra empoderamento se tornou clichê. Mas, nós precisamos ir além e, realmente, nos tornar empoderadas. E para nós nos tornarmos empoderadas, nós precisamos refletir sobre uma palavra que hoje está sendo muito usada no nosso meio: sororidade. Então nós mulheres precisamos colocar essa sororidade em prática e entender que, se nós somos mais de 50% da população, nós precisamos ter mulheres representadas. Nós precisamos tanto no Parlamento, no Executivo, no Poder Judiciário porque, só assim, verdadeiramente, nós vamos contribuir para que aconteça mudança real dentro de uma sociedade tão violenta contra as mulheres. E só para concluir, é assustador: dois meses no ano, 20 mulheres assassinadas. Isso tem que ser ponto de

grande reflexão. Muito obrigada.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, Léo, muito obrigado. Muito obrigado, parabéns pelas colocações. Bené.

A SRA. BENEDITA NASCIMENTO (BENÉ) - Boa tarde, primeiro cumprimentar a Mesa, a iniciativa dessa Casa, pelo Deputado Lazinho por oferecer aos segmentos sociais, às mulheres, aos movimentos esse espaço para gente dialogar. Acho que a sociedade avançou, porque a gente tem que dialogado com todas as esferas. Então, como a Sandreia falou, aqui ninguém está apontando o dedo na ferida para gente se tornar inimigo. Nós estamos apontando o dedo na ferida para gente achar a cura. A gente só vai achar a cura se a gente sentar na mesa e dialogar. Então, cumprimentar a Doutora Flávia, a nossa Defensora Pública que está ali representada; a Sandreia, parceira, Presidente do Conselho; o Deputado Ribamar que está ali também.

E dizer o seguinte, essa foi uma, desculpe a palavra, mas vou dizer: uma "puta" iniciativa do Conselho. Uma brava iniciativa do Conselho em fazer essa caravana para, de fato, diagnosticar o que nós temos de políticas públicas e onde a gente pode avançar para gente enfrentar, de fato, e coibir a violência praticada contra as mulheres, e sobretudo o que é mais fatal em nossas vidas: o feminicídio, as mulheres sendo mortas. Cotidianamente.

Então, o Conselho está de parabéns, todas as conselheiras e, mais do que isso, a gente tem que dizer, gente, que isso é um avanço muito, muito legal no sentido da relação do Conselho com o governo, com o Estado, com o Executivo. O Executivo, antigamente, nós não tínhamos como fazer isso. A 30 anos atrás quem de nós saía daqui para ir atrás ver onde é que está a ferida das políticas públicas? Não ia. Porque a gente não tinha recurso. Os Conselhos eram coibidos, eram proibidos. Hoje, não. Hoje a gente tem aí, defende uma sociedade democrática justamente para isso. Para que a gente possa de fato construir, também, possibilidades que garantem a vida do conjunto da população, a qualidade de vida.

Então, gente, eu quero dizer para vocês que isso em 30 anos de militância que eu tenho só no Fórum Popular de Mulheres, eu nunca vi uma coisa dessas. Então, assim, o Conselho está de parabéns e o Governo do Estado também tem que agradecer. Eu achei muito legal o Doutor Hélio dizer assim "muito obrigado, Sandreia, porque você trouxe para nós..." Eu sei que eles já sabem. Eles já sabem. E o que é é importante a gente falar aqui: nós não podemos ficar só com diagnóstico. Ninguém saiu daqui para ir andando, ficar sem almoçar, ver a desgraça lá no interior do Estado para apenas trazer um dossiê.

Então, eu quero propor logo, aqui, que a gente saia daqui com uma perspectiva de, se for possível, fazer Audiências Públicas lá no interior. Apresentar esse dossiê, ouvir a comunidade, ouvir os Secretários, os delegados, as delegacias e é verdade Doutor Hélio, a delegacia, a Polícia Civil tem feito um belíssimo trabalho.

Gente, hoje nós vamos fazer um debate com os delegados. Hoje, o Fórum faz uma atividade online com... e a gente quer homenagear as delegacias, porque elas estão com a gente lá atrás, desde sempre.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Um minuto, Bené.

A SRA. BENEDITA NASCIMENTO (BENÉ) - Então, assim, nós temos delegadas guerreiras. Então, é a gente considerar o avanço das políticas públicas sobretudo da importância dessas mulheres nesses espaços públicos. Nós só chegamos onde chegamos, porque, realmente, nós tivemos grandes guerreiras nesse processo. Eu quero dizer aqui que a gente fala em nome do Levante Feminista Contra o Feminicídio, que nós estamos no segundo ano da nossa campanha "Nem pense em me matar -Quem mata uma mulher, mata a humanidade!" e a gente quer dizer para todos os homens: parem de nos matar, porque nós queremos viver. E mais: quem não defende a vida das mulheres, não merece o meu voto, nem o seu voto. Muito obrigada.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Bené. Muito obrigado. Niedja.

A SRA. NIEDJA VIRGINIA FÉLIX DE SANTANA - Boa tarde.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Boa tarde.

A SRA. NIEDJA VIRGINIA FÉLIX DE SANTANA – Boa tarde. É um prazer mais uma vez estar nesta Casa. Quero cumprimentar o Deputado por mais essa iniciativa e estar envolvido nessas questões de políticas públicas e com os movimentos sociais; quero parabenizar e saudar a Sandreia e todo o Conselho nesse relevante trabalho que tem feito em prol das mulheres no Estado de Rondônia; a plateia, eu quero saudar em nome da nossa querida Neira Cláudia, também uma mulher guerreira.

Bom, eu gostaria de pontuar, Doutor Hélio, duas situações para contribuir. Como a Rosa Negra falou, se um pontinho da rede se quebra, nada funciona, uma mulher morre e muita coisa acontece. Não estou minimizando a morte da mulher, mas realmente é um caso muito sério. Eu participei, tenho participado de vários movimentos e várias audiências e eu não me lembro bem, mas acho que foi no ano de 2019 que eu participei de uma onde estavam solicitando que incluíssem na Academia de Polícia, no curso dos policiais, que fosse colocada uma disciplina para eles sobre a questão do atendimento à mulher quando ela chegasse lá.

Eu, em 2009, fui vítima de violência física, patrimonial, psicológica e, na época, eu não fui bem atendida na delegacia. O escrivão praticamente desdenhou de tudo que eu estava falando. Mas, eu insisti

que ele colocasse cada frase do que foi dito, porque isso foi importante no processo de separação. Então, assim, esse atendimento é essencial. A forma como a mulher é recebida, porque muitas vezes ela não consegue chegar até a Zona Leste para registrar a ocorrência. Eu mesma tive que ir a pé, correndo até a delegacia mais próxima. Então, assim, essas mulheres precisam ser atendidas. Eu tive estrutura familiar, jurídica e tudo para proceder todo o meu caso, mas a maioria não tem. Uma menina de 11 anos que é estuprada pelo pai não tem o conhecimento.

Então, eu quero pontuar isso: qualificação dos profissionais que atendem na rede para que possam ter esse olhar mais humano. Assim como tem o Proerd também ter um esclarecimento, um programa desenvolvido também dentro da rede, isso fica para os nossos queridos colegas aqui que são de sindicatos, da educação e dos nossos queridos legisladores, que possam pontuar isso, porque é uma questão realmente cultural. Nós moramos em um Estado violento, conservador, ele é fundamentalista, cristão, e tudo isso leva a essas situações.

Então, além de parabenizar o relevante trabalho que o Conselho tem feito, eu sei que a Polícia Civil tem honrado os homens e mulheres que fazem um trabalho gigante. A Polícia Civil tem números – parece que é a primeira nacionalmente em resolução de casos, de crimes. Eles conseguem encontrar quem cometeu o crime, mas sabemos que a justiça tem os seus contextos e meandros. Então, eu quero pedir aqui que não é só a questão do Estado, mas a sociedade civil.

É um marco, como a Sandreia disse, essa Audiência, no sentido de ver a sociedade civil, os Conselhos e o Estado conversando para que a gente possa mudar essa realidade.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, muito obrigado, Niedja. Assim, nós temos mais quatro inscritos e a gente fecha, passa para a Mesa fazer a conclusão. Só para vocês saberem: está sendo tudo gravado, tudo redigido ali. Deputado Ribamar, vai servir para nós depois, enquanto deputados. Eu quero desde já, convidar o senhor que todas as matérias que forem matérias de indicação e de gestão junto ao governo, a gente poder encaminhar isso nós dois juntos. Pode ter certeza que tudo que está sendo dito está gravado e, assim como foram várias outras vezes – você falou da capacitação. Eu tive uma informação que uma vez só foi feita capacitação, indicação de uma Audiência nossa aqui que tinha que fazer capacitação.

A SRA. SANDREIA SILVA COSTA – Do Conselho. Foi feita a capacitação com a Polícia Civil a partir de uma indicação de uma Audiência.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – De Audiências nossas aqui. Só que parou. Foi uma vez e tem que ser continuada a capacitação. Muito bem. Muito bom. Acho que todas as proposituras serão encaminhadas.

A SRA. FLÁVIA BARBOSA SHIMIZU MAZZINI – Deputado, só para acrescentar: a lei federal no ano passado acrescentou no currículo a Semana da Lei da Maria da Penha. A educação básica vai ter que criar uma Semana para Debate e Capacitação das Crianças e assim é que se muda a cultura também.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Capacitação das crianças. Eu tenho anotado aqui para a gente, inclusive no final, fazer um relato – ou a gente começa na escola, ou a gente não chega a lugar nenhum na minha visão.

Elissandra, por favor, três minutos. Continuo avisando quando estiver acabando.

Pois, não. Liga, por favor.

A SRA. ANDREA LUCIANA DAMACENA FERREIRA ENGEL – Oi. Eu sou a Doutora Andrea, companheira da Doutora Flávia, do Ministério Público. Hoje eu ocupo a Ouvidoria-Geral e foi criada a Ouvidoria da Mulher que vai ser implantada em pouco tempo.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Ótimo.

A SRA. ANDREA LUCIANA DAMACENA FERREIRA ENGEL - E lá se fala, na própria Resolução, que todo o pessoal vai ter que ser treinado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Exatamente.

A SRA. ANDREA LUCIANA DAMACENA FERREIRA ENGEL - Para acolhimento, escuta qualificada, para que nós possamos dar um atendimento mais eficiente. Como o senhor falou de treinamento, eu acho que é hora de unirmos forças para que nós façamos um treinamento entre todas as instituições.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Sim. Ótimo.

A SRA. ANDREA LUCIANA DAMACENA FERREIRA ENGEL - Então, eu acho, o Ministério Público está começando a trabalhar com isso, dia 21 de Fevereiro, agora, foi feita a nossa Resolução. O Doutor Ivanildo conseguiu aprovação no Colégio e um dos requisitos é pessoal treinado. Eu confesso que a gente está pretendendo inaugurar o quanto antes, mas hoje se eu precisar fazer uma qualificação express, rápida, eu não sei nem onde buscar, realmente. Eu estou entrando agora nesta seara, não tenho muito conhecimento, minha área é área de é de família, onde eu recebo as vítimas. Eu acredito que o treinamento há que existir, com urgência, mas em todos os setores.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Proposta. Ok.

A SRA. ANDREA LUCIANA DAMACENA FERREIRA

ENGEL - Desde a porta da delegacia, na porta da Defensoria Pública, na porta do Ministério Público, na porta da OAB, de todas essas portas que essas mulheres conseguem procurar na hora do apuro. Então, eu penso que dá para a gente fazer um treinamento muito bom, que realmente seja um treinamento que faça a diferença.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Doutora.

A SRA. ANDREA LUCIANA DAMACENA FERREIRA ENGEL - Por isso eu peço essa união de forças para que a gente possa, juntas, pensar nesse treinamento e nessa capacitação e que ela seja de forma permanente.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado. Desculpa que eu estou meio atropelando, mas é o horário nosso. Desculpa.

A SRA. ANDREA LUCIANA DAMACENA FERREIRA ENGEL - Me desculpa de eu ter falado sem me inscrever. É que promotor é assim, a gente pede aparte, é um hábito da profissão e eu peço desculpas por isso.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – É normal doutora. Por favor, Elissandra.

A SRA. ELISSANDRA REIS BATISTA – Boa tarde a todos, a todas e todes os presentes que nos acompanham aqui na Casa e também de forma online. Gostaria de cumprimentar a Mesa, a nossa companheira Sandreia, que é Presidente do Conselho Estadual, juntamente com a Bené, Adriana e a nossa querida Rosa Negra.

Em primeiro lugar, eu me solidarizo com a companheira Niedja pelo acontecimento e repudio também a ação da forma na qual ela foi atendida e eu acredito que ela não seja um caso isolado. Realmente é necessária essa questão da formação, e não só formação, porque às vezes tem profissionais que recebem a formação, mas não têm a sensibilidade. Então, é muito importante que tenhamos pessoas sensíveis à causa para que, realmente, o acontecimento do atendimento aconteça de fato de forma correta, assertiva. É muito difícil passar por um momento desses, gente. Então a minha amiga Niedja, eu me solidarizo com a sua causa.

Nós tivemos um evento na Câmara Municipal de Porto Velho, no qual nós tivemos a participação da Sargenta que é responsável pelo 5º Batalhão da Polícia Militar na questão da Patrulha Maria da Penha e ela nos trouxe um dado muito difícil, realmente, de ser aceito. Ela nos colocou que tiveram mais de 3 mil diligências, no ano passado, da questão de medidas protetivas e nós temos uma patrulha na Zona Leste, com quatro policiais.

Eles conseguiram atender a essas medidas protetivas, 123 medidas só, que eles conseguiram acompanhar, ou seja, é efetivado, mas não se tem as condições de trabalho necessárias, porque não tem o efetivo necessário. Então não tem como nós termos uma política pública, mas não ter as condições de trabalho efetiva. Isso é muito importante. Não adianta apenas ter a denúncia, fazer a medida, mas não ter um acompanhamento, porque muitas vezes essas vítimas não têm coragem de ligar, "olha, ele está aqui", "ele está me pressionando", "está me perseguindo", não. E se não tiver esse acompanhamento não há efetividade da medida, não há.

Eu trago essa denúncia aqui, realmente, precisa ser verificado. Precisamos de policiais militares, de patrulha. Precisamos desses servidores em serviço efetivo para garantir, de fato, essa questão da medida protetiva para as mulheres que são vítimas de violência.

Então, gente, eu gostaria muito de agradecer essa oportunidade de estar aqui e eu gostaria também que, realmente, fosse colocado essa questão, é pela vida das mulheres, como diz o título da nossa Audiência Pública. É pela vida das mulheres. É uma questão de justiça. Meu muito obrigada.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Elissandra, muito obrigado. Saionara, Secretária de Ação Social de Buritis.

A SRA. SAIONARA VERÔNICA COSTA DE FARIA – Boa tarde a todos e todas aqui presentes. Em nome da Neira, que trabalhou muito tempo com a gente lá no Município de Buritis, Professora Neira, eu quero cumprimentar todas as mulheres aqui. Rosa Negra também, que esteve no nosso município e levou muito aprendizado para todos nós.

No momento, eu estou no cargo de Secretária de Assistente Social, mas sou professora, sou pedagoga e a minha reflexão hoje aqui, primeiro eu vou me atentar aos dados que eu vi ali, expostos pela Rosa Negra, e quando ela esteve em Buritis ela expôs isso. Fico alegre pelo Estado, ao qual eu pertenço, que é a Bahia, não ter um índice tão grande, mas fico triste pelo Estado no qual eu estou morando há 21 anos, que é o Estado de Rondônia, ao qual eu devo muito do que eu sou e tenho hoje, ter um dado triste desse jeito, relacionado às políticas públicas, relacionado, pior ainda, à violência contra a mulher. Isso entristece.

Porém, isso não me deixa calada e nem me amedronta, isso me faz mais ainda empoderar para que nós possamos lutar contra isso. Porém, colegas, eu chamo para uma reflexão aqui hoje. Foram percorridos por elas aí, disseram 26 municípios — não é, Rosa Negra — dos quais se levou essa discussão, principalmente sobre implantação do Conselho das Mulheres. E desses 26 municípios, eu não sei se elas tiveram contatos todos com as Secretárias, com os vereadores e vereadoras, acredito que sim - não é isso, Rosa Negra? — e o que me surpreende, hoje, acredito, talvez, espero também resultados disso, é a participação hoje aqui também nessa discussão.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Um minuto, Saionara.

A SRA. SAIONARA VERÔNICA COSTA DE FARIA - Acredito que tenham algumas que podem estar nos acompanhando, mas eu, então, quero aproveitar para dizer que nós precisamos nos fortalecer nisso. E reforçar que estou aqui e me sentindo apoiada pelo meu município, tanto pelo Poder Executivo, quanto Legislativo, e fico surpresa porque a gente tem uma vereadora lá e ela não está aqui. E ela foi convidada. Não sei os motivos, talvez alguma coisa dela... Espero que na política pública que a gente está decorrendo lá nos trabalhos, acredito que ela venha participar.

Mas, assim, a minha reflexão é nesse sentido, está certo? Que as mulheres possam, realmente, pede o empoderamento, mas que façam esse empoderamento acontecer: dentro das ações, dentro dos cargos que ocupam e dentro dos cargos que queiram ocupar. Eu agradeço já o Deputado Lazinho, ao Deputado Ribamar Araújo e agradeço aos três parlamentares de Buritis, Adriano, Moisés e João Orlando, que estão aqui. E tenho certeza que o nosso processo lá de construção do Conselho Municipal, que a minha colega Roseli aqui — que trabalha junto comigo — já está encaminhando para isso. Aquela Casa de Leis, junto com o Executivo, irá levar à frente e a gente, com fé em Deus, vai mudar muitas ações dentro do nosso município.

Lembrando que Buritis tem uma ferida grande. Nós tivemos a Camila Sacomã, vocês sabem como foi que aconteceu com a Camila lá, certo? Então, é revoltante. A gente tem essa ferida grande lá em Buritis como foi o feminicídio que aconteceu com Camila, que ela foi cremada, queimada realmente, violentamente. E vamos mudar isso. Muito obrigada por esse espaço.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Obrigado, Saionara. Inclusive, a Audiência Pública realizada, a última, foi justamente na mesma semana que aconteceu o crime lá em Buritis. Isso encaminhamos lá a documentação **(respondendo a um comentário feito fora do microfone)**.

Para falar em nome dos vereadores, o qual eu cumprimento e parabenizo a Câmara Municipal de Buritis, o Vereador Moisés de Paula a fazer uso da palavra por três minutos.

O SR. MOISÉS DE PAULA - Eu quero de inicial cumprimentar o nobre Deputado Lazinho pela iniciativa e dessa convocação dessa Audiência; em nome dele, cumprimentar meu grande amigo Deputado Ribamar Araújo; em nome dos quais cumprimento toda a Mesa, autoridades, doutores, promotores, enfim a todos os participantes dessa Audiência.

E o que me faz escrever, Deputado Lazinho — para dar uma participação neste momento, nessa Audiência — uma vez já ser grato pelo convite da minha nobre Secretária de Ação Social do meu município, a Saionara, para estar aqui. Primeiro fazer uma observação da fala aqui do Doutor Ribamar de que no momento onde nós deveríamos estar discutindo outra política, a gente precisa se render a dados tão importantes, tão verídicos e que nos assusta tanto. Onde nós temos um Estado promissor, que desponta em toda a Federação em um crescimento que nos honra dizer em outras áreas e que, lamentavelmente, também nos decepciona com dados tão verídicos e tão reais que, infelizmente, a gente precisa se render a isso.

E uma das falas que eu quero aqui deixar registrada em nome de todo o Poder Legislativo, é me render também à tristeza de saber que o meu município faz parte dessa estatística. E por que não dizer todo o Estado de Rondônia? E parabenizar todas as autoridades que têm feito a força, tirado força onde não existe para suprir aquilo que foi dito aqui pela Rosa Negra, que é a obrigatoriedade de uma política de Estado que, às vezes, vem acontecendo com tanta deficiência e, às vezes, o ser humano precisa se desdobrar para que aconteça isso, isso através de todos os segmentos.

Mas, eu gostaria também de deixar aqui a seguinte observação, tanto para as mulheres aqui e, especialmente, para os homens que estão presentes: é que no momento em que se critica que as mulheres não estão ocupando seus espaços, eu acho que nós precisamos trabalhar é que esse machismo exacerbado da sociedade que está impregnado, inclusive dentro de todos os poderes, que ele seja extirpado de vez das nossas vidas. Essa é a grande verdade. Ao invés de nós estarmos preocupados de trazer e até criticar porque as mulheres não querem participar, nós precisamos ficar muito mais preocupados para excluir de nós esse machismo que nos acompanha pela nossa colonização. E dizer que nós, homens, temos uma grande responsabilidade para mudar essa realidade. É reconhecer, de fato, que a mulher precisa ser vista como sujeito de direito e da qual nós não conseguimos sobreviver sem ela.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Para concluir, vereador, por favor.

O SR. MOISÉS DE PAULA - Eu já estou concluindo, deputado. Mas, eu gostaria então de dizer: o Parlamento de Buritis estará sempre aberto a essa discussão com responsabilidade, com compromisso e inclusive entendendo de que nós, homens, temos a responsabilidade, como nunca, de mudar essa realidade. Enquanto nós assim não procedermos, as mulheres gritarão. Mas, infelizmente, essa mancha horrível que nos acompanha só poderá sair de dentro de nós, uma vez que nós formos óbvios e fortes.

E quero aqui, inclusive, apenas parabenizar a Rosa Negra. E dizer que ela expõe aqui na tribuna todo o nosso sentimento. O sentimento de toda uma sociedade em relação ao Estado, que gostaria de estar aqui e que grita, às vezes, por trás das autoridades, onde precisa do seu apoio, onde precisa do seu atendimento e, na verdade, não tem condição. Obrigado, Rosa Negra, parabéns. Você expressou aqui a minha dor, a dor deste Estado. E é isso que a gente quer deixar registrado. Um

forte abraço e contem conosco.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado, vereador. Muito obrigado. E mandar um cumprimento para a Vereadora Sol, que está em Jaru.

Só uma sugestão. A Câmara Municipal de Jaru — Projeto de Lei, me parece que do Vereador Carlos, mas futuro Deputado Carlos, prevendo já — criou a Ouvidoria Municipal. A Ouvidoria da Câmara, é isso, Vereador?

O SR. PROFESSOR CARLOS - Procuradoria Especial da Mulher, na Câmara de Jaru.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Isso. Procuradoria Especial da Mulher. São iniciativas como essa que começam a mostrar para a sociedade que está se fazendo algo muito importante.

Eu sugiro, Carlos, meu Vereador, que você dê uma conversada. E aí, Moisés, vocês três fazerem o projeto e começarem a trabalhar isso no município de Buritis também. Vamos fazer isso em todos os municípios, pelo menos a gente começa a mostrar a cara da necessidade de criar espaços para que a mulher possa se sentir, pelo menos, acolhida em um local onde ela possa chegar e fazer a denúncia. Pelo menos isso, não é?

A SRA. SANDREIA SILVA COSTA – Deputado, só queria registrar aqui a Vereadora Sol estava na nossa programação para falar.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Sim, sim. É que ela não pôde...

A SRA. SANDREIA SILVA COSTA – É que ela perdeu o link da internet. Ela não conseguiu entrar, mas ela ia falar da experiência da primeira Procuradoria aqui.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Ela é a Procuradora?

A SRA. SANDREIA SILVA COSTA – Ela é a primeira Procuradora.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Isso. E o Projeto do Vereador Carlos. É isso, Vereador?

O SR. PROFESSOR CARLOS – Isso. O Projeto valoriza a bancada feminina da nossa Câmara. E Jaru tem a felicidade, diante dos demais municípios, de ter na Câmara Municipal quatro mulheres eleitas.

Então, nesse sentido, nós implantamos lá um projeto, por meio de Projeto de Resolução, criando a Procuradoria Especial da Mulher. E é atendida pela Vereadora Sol, que, por força do projeto, só pode ser uma mulher a Procuradora. E a Vereadora Sol foi escolhida por nós para ser essa primeira Procuradora. E a Procuradoria acompanha o mesmo período da Mesa Diretora da Câmara Municipal. Mas, isso a gente conversa outra hora. Já pude falar aqui em uma oportunidade na CONAPE (Conferência Estadual Popular da Educação), nós já citamos sobre a Procuradoria Especial da Mulher, e espero que todas as Câmaras dos nossos municípios de Rondônia possam implantar isso daí.

Quando não tem uma vereadora eleita, pode ser uma servidora da Casa para ocupar esse papel, esse espaço de relevância no atendimento, haja vista que nós observamos aqui na fala de várias a situação da mulher em chegar, por exemplo, numa delegacia e ser atendida por um homem.

Então, a Procuradoria também tem esse papel: de acolher e direcionar para os órgãos competentes as demandas surgidas. Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Muito obrigado, Vereador.

Agora, Laura Cristina, que é Conselheira, ex-Presidente do Conselho, e um monte de coisa.

A SRA. LAURA CRISTINA ANASTÁCIO RODRIGUES - Boa tarde a todas e a todos. O meu nome é Laura. Eu sou Conselheira nessa atual gestão, como a Sandreia já apresentou, e eu estive acompanhando também algumas viagens com as Conselheiras, acredito que foi em dois trajetos.

E é difícil ficar calada quando a gente vai para os municípios, e vivencia, e vê a realidade que a rede de enfrentamento à violência contra a mulher está passando, como ela está fragmentada.

E eu me lembrei muito, com as falas iniciais, de uma reflexão da Simone de Beauvoir, quando ela fala que "em qualquer crise, seja ela política, social, econômica, os direitos das mulheres sempre são questionados". E é isso que a Audiência hoje vem ter como propósito. Quando a gente pede por justiça e segurança, a gente está pedindo por ações, a gente não está pedindo por desculpa do Estado. A gente não quer saber porque o outro governo anterior não fez o papel dele. A gente não quer saber da desculpa da burocracia. A gente tem pé no chão e conhece a máquina pública, mas a gente está cansado. Nós, mulheres, estamos cansadas de desculpas do governo quanto ao funcionamento da máquina pública.

Nós do Conselho sabemos isso muito bem, porque faz quatro gestões que tudo que a gente propõe, todo o diálogo que a gente se propõe a fazer com o governo, sempre tem algum entrave. E eles colocam culpa na parte administrativa, na parte burocrática, na parte financeira. Mas é engraçado. É como a Simone de Beauvoir colocou, é só vir a crise que os direitos das mulheres são os mais violados, porque, quando há vontade política, interesse político, a gente sabe que as coisas funcionam.

E, só para encerrar, para dar um exemplo: nós temos um programa muito importante e de fato a gente precisa avançar com ele, que é a "Mulher Protegida", mas a gente sabe que foi um programa inclusive, de interesse político, porque não houve diálogo com o Conselho. O Conselho não participou da sua elaboração, da sua

proposição. E eu digo que é vontade política, porque em poucos dias esse programa foi aprovado. E aí eu fico me perguntando, por que que não é aprovado uma reforma? Por que que não é aprovado uma delegacia 24 horas? O que está faltando para o governo assumir o seu papel e começar a respeitar as mulheres?

E eu finalizo com a fala da Bené. A gente não pode votar em governo que não respeita as mulheres. As eleições estão aí e a gente espera de vocês, deputados. A gente espera de todos que tiverem o nome para candidatura, que respeitem a gente e lutem com a gente nessa luta feminina.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, Laura. Nós temos ainda 24 minutos. Nós vamos usar na Mesa, esse tempo, até para fazer o fechamento. Cobranças e os alertas e os pedidos, como já disse, estão todos registrados.

Oh, Joelson, me desculpe meu amigo. Eu escrevi o seu nome aqui.

O SR. JOELSON CHAVES DE QUEIROZ – Rapidamente. Eu quero agradecer estar aqui presente com essas mulheres guerreiras. Não vou citar o nome delas, porque são tantas que a gente tem maior orgulho de estar nessa luta com elas. Eu sou o professor Joelson, sou presidente da CTB. E a CTB também está engajada nessa luta. É preciso que se efetive, realmente, as ações que venham coibir essa tragédia que vem acontecendo com as mulheres. Não só com as mulheres, mas principalmente com as mulheres.

Então, saíram propostas aqui que tem que ser efetivadas, concretas. Concursos de 2013, são vidas que nós estamos perdendo, deputado. Então, a gente fala aqui com o coração, com o lado humano. É preciso cuidar melhor das mulheres. E cuidando melhor das mulheres, nós estamos cuidando melhor do Brasil. É essa noção que a gente tem que ter, humanidade. É o que está faltando. E é vontade política, já foi colocada aqui. Então, é preciso que se efetive.

Então a CTB, a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, está nessa luta engajada também para que a gente possa construir uma sociedade livre, justa e solidária. E passa, principalmente, pelo cuidado que as mulheres merecem. Um abraço.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Joelson. Me perdoa por ter passado. É que esse negócio de horário, eu detesto isso. Eu gosto de ficar, né? Mas a gente tem que cumprir, porque senão... Hoje nós estamos fazendo a Audiência em um dia que é inédito nessa Casa, que é na quarta-feira. Hoje é proibido de ter, mas como era uma data... Agradecer já todas nossas companheiras de trabalho aqui na Casa que se prontificaram em ficar.

Trinta segundos, vereador, por favor.

O SR. ADRIANO ALMEIDA - Quero aqui cumprimentar o Deputado Lazinho e o Deputado Ribamar Araújo. Agradecer pelo convite. Cumprimentar a todas que compõe a Mesa também. Aqui em nome da Saionara, cumprimentar todas as mulheres.

Deputado, só quero parabenizá-lo pela iniciativa, muito importante em um mês que é o mês das mulheres, o mês de março. Tantos casos de violência como a Rosa Negra mencionou ali, dentro dos próprios órgãos públicos tem muitos casos de assédio e muitos até de estupro dentro das instituições. Nós sabemos disso, não é diferente. Temos casos em nosso município que está transcorrendo na área judicial.

E deixar o convite aqui para o senhor, que em breve a pedido da Rosa Negra e da Marli, que estiveram em nosso município visitando, nós vamos organizar, promover uma Audiência Pública, lá no município de Buritis, conduzida pelos homens, em defesa das mulheres.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado. Meus parabéns desde já.

O SR. ADRIANO ALMEIDA - E eu quero deixar o convite aqui aos deputados que estão presentes aqui também, que seja estendido, vai chegar nos gabinetes das deputadas aqui dessa Casa Legislativa, para que estejam presentes. E a todos que estão aqui nessa Audiência, provavelmente a gente vai convidar para estar presente no município de Buritis também.

Parabéns ao senhor pela iniciativa. Deus abençoe o senhor. E Deus abençoe as mulheres.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Parabéns pela iniciativa, muito obrigado.

Desculpe, Doutor Hélio, com o senhor. Depois a Doutora Flávia para gente fechar, e tratar dos encaminhamentos.

O SR. HÉLIO GOMES FERREIRA – Primeiramente, deputado, eu quero dizer que o nosso interesse é o mesmo. Que as mulheres sejam protegidas. Nosso interesse é o mesmo. Segurança pública tem trabalhado para isso.

Nós temos muito foco naquilo que não se está fazendo, mas é importante também ver o que se está fazendo. Então como foi dito, todos os atendimentos que eu mostrei aqui do NUPEVID, mais de 6 mil atendimentos in loco em visitas. Além dos outros, além do nosso aplicativo, que temos um aplicativo agora que é disponibilizado às mulheres, é utilizado e tem sido efetivo. Trabalho muito eficiente da Polícia Militar do qual tenho muito orgulho, além do que foi falado de todo o esforço da Polícia Civil.

Eu só gostaria de pedir o seguinte, que a Polícia Civil e a Polícia Militar fossem convidadas a estar aqui. Foram? Então, não vieram. Então, peço desculpa pela vergonha que eu passei...

Eu não deixo de vir e, certamente, os convidados devem ter tido algum problema e não puderam comparecer, infelizmente; porque eles poderiam dizer,

com mais categoria, tudo o que tem sido feito. O nosso interesse é contribuir, o nosso interesse é melhorar, o nosso interesse não é dar desculpas, ou fazer qualquer coisa nesse sentido, tanto que estamos fazendo a nossa parte e vamos continuar fazendo.

O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Segurança Pública tem feito um grande trabalho e, graças a Deus, foi reconhecido aqui pelo Conselho, com todas as nossas dificuldades, mas todo mundo sabe e ninguém vai tampar os olhos, porque esse é um crime complexo. Não é um crime que eu possa prevenir. Não posso prevenir, mas é verdade que nós precisamos melhorar no atendimento posterior. É verdade. Mas temos feito muito.

Gostaria de que a Polícia Civil, a Polícia Militar tivessem vindo, certamente, nós, como eu falei, a Sesdec, hoje, tem um trabalho estratégico sobre a contratação das assistentes e dos psicólogos, inclusive até com o apoio do TJ, estamos efetivando, já temos em muitas delegacias o atendimento, porque é uma contratação feita pela Sesdec. Nós não temos no corpo da Polícia Civil e nem conseguiríamos criar em tão pouco tempo esse número de pessoas, até porque entendemos que é um cargo que precisa ser efetivado por meios outros e nós temos eles, terceirização, outros, que nós possamos ter profissionais ali, treinadas. Mas nós já temos, por meio do voluntariado, um serviço, um trabalho muito bom.

Então, a maioria das delegacias têm, tanto aqui, como no interior, provido pela Sesdec. Como eu falei, talvez não seja tudo o que precisa, mas nós estamos fazendo a nossa parte. Então, só queria dizer isto: nós estamos fazendo a nossa parte, nosso interesse não é polemizar, não é brigar de maneira nenhuma. As meninas sabem do meu perfil. Quero ajudar, quero trabalhar junto, quero estar junto. Quero fazer o melhor, quero compreender o que está acontecendo e poder fazer o melhor. Lembrando, de novo, que a Polícia Civil, a Polícia Militar precisam ser envolvidas junto com a Sesdec nisso, ou seja, se formos fazer uma reunião, se formos sentar para discutir, ver as melhorias, pode ser, estamos de portas abertas para sentarmos juntos.

Estamos de portas abertas, Sandreia, para sentarmos juntos. Lembrando que, tanto o Ministério Público, como o Judiciário têm feito um grande trabalho também com o agressor, diga-se de passagem. Eu fui pessoalmente em uma -aquele círculo que eu acabei esquecendo o nome agora - onde é feito um trabalho maravilhoso, o Projeto Abrace. É, exatamente, um trabalho maravilhoso. Que trabalho! Faz um trabalho com o agressor. Nós precisamos mudar a cabeça desses homens. Homens que certamente sofreram também, passaram por violência e, talvez, dão aquilo que aprenderam. Sofreram, passam, por até uma questão psicológica.

Então, o Ministério Público tem feito um grande trabalho, o Judiciário tem feito um grande trabalho, mas precisamos vencer, realmente, isso e, juntos, concorde-se, entrando em uma forma que todos possam ganhar.

Agradeço tudo o que foi falado aqui. A forma como foi falado, como eu disse, nós temos um apego a perda. Nós nos concentramos naquilo que estamos perdendo e dificilmente nós olhamos para aquilo que ganhamos. Meu sentindo aqui é trazer aquilo que temos ganhado, mas observei, na fala da Rosa, observei na fala da Sandreia, há muito boa vontade. Há um trabalho muito bom sendo feito também. Não é o suficiente, mas há um trabalho sendo feito e que me orgulha, me deixa feliz de que elas não estão olhando só o lado ruim, só a forma...

A SRA. ROSENILDA FERREIRA DE SOUZA SILVA (ROSA NEGRA) – Levando em conta que é um trabalho voluntário. Nós fazemos um trabalho voluntário enquanto conselheiras.

O SR. HÉLIO GOMES FERREIRA - Não, nós estamos falando aqui das instituições, como foi falado pela Sandreia, da Polícia Civil, dos delegados, da Polícia Militar, da Patrulha Maria da Penha. Tudo o que tem sido feito e tudo o que nós estamos fortalecendo, como foi dito, não é uma questão de desculpas. Nós estamos passando por uma pandemia terrível, todos sabem, e nós precisamos trabalhar e vamos continuar trabalhando e fazendo o nosso melhor. Obrigado, Deputado. Obrigado, meninas. Obrigado por tudo.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado. Doutora Flávia, concluindo, para nós fecharmos aqui.

A SRA. FLÁVIA BARBOSA SHIMIZU MAZZINI – Só agradecer e dizer que, realmente, sei dessa questão dos cargos, mas a intenção era sugerir que as próprias Secretarias do Governo cedessem esses profissionais para trabalhar na DEAM, já que, realmente, me parece inviável a criação do cargo junto à polícia, não é, no quadro da polícia, mas essa era a intenção. Inclusive, foi passada em uma reunião recente que a gente teve com o Diretor, procurar, dentro das Secretarias de Governo, cedência de profissionais dessas especialidades.

O SR. HÉLIO GOMES FERREIRA - A contratação direta da Sesdec, não é? **(fora do microfone)**

A SRA. FLÁVIA BARBOSA SHIMIZU MAZZINI – É, mas quem está lá hoje é do Projeto Voluntariar, mesmo, mas tem assistente social. E, inclusive, Doutor, eu fui lá recentemente, e a oitiva da vítima está sendo feita em uma sala compartilhada com a escrivã por falta de espaço. Você imagina, a pessoa é separada por um armário baixo, assim, e quando a pessoa está muito constrangida, e a gente sabe o trauma que essas mulheres passam, a escrivã sai da sala para deixar a pessoa mais à vontade com a psicóloga.

Então, a gente tem que olhar, ter esse olhar de sensibilidade, realmente. Os grupos reflexivos, como outras questões aqui, não se faz política

pública sem orçamento. Então, grupos reflexivos são interessantíssimos. O Projeto Abrace não absorve nem um pedacinho do que precisaria. E está fazendo o que pode. Mas, a gente precisa montar mais grupos reflexivos e dar o apoio psicológico, tanto para os agressores, quanto para as vítimas, para ter esse instrumental e para ter essa visão diferenciada, romper esse ciclo.

E eu queria só dizer aqui que me toca muito, sempre me tocou — sou mãe de um menino e uma menina —, e me toca muito saber que o simples fato de eu ter colocado no mundo uma pessoa do sexo feminino, a vida vai ser muito mais difícil para ela. Isso é muito tocante. E eu fico pensando naquelas mães de crianças negras, porque se for uma mulher negra, o mundo ainda vai ser muito mais difícil para essas mulheres. Então, a mulher negra de baixa renda já nasce com um déficit em relação a todo o resto da população, enorme. E isso é inaceitável.

Nós não podemos conviver com a realidade que os homens têm nas suas residências o lugar mais seguro, o porto seguro; e nunca você vai ver isso de mulheres que foram agredidas. 48% das mulheres que sofrem crimes, são vítimas dentro da casa delas. O agressor está dentro da casa dela. Então, a mulher não tem nem a própria casa como lugar seguro. Onde é o lugar seguro? Porque nós precisamos falar também, Doutor Hélio, nós precisamos, e isso, eu sou uma mulher, está aqui a minha amiga Andréa, estão aqui tantas companheiras.

Nós precisamos de uma cidade segura. Eu posso ter direito de andar na rua 9 horas da noite. Eu quero ter esse direito de caminhar 9 horas noite. A cidade não é segura para as mulheres. Eu, chegando aqui no estacionamento da Assembleia, deputado, eu disse para a Andréa: "eu caminho aqui na Assembleia". Aí Andréa falou: "ah, é?"; eu falei: "é, por causa dos guardas, eu caminho à noite". Eu só tenho coragem de caminhar onde... Eu faço todo o meu roteiro e traço onde é lugar seguro. A gente não tem, eu não tenho condição de caminhar no Espaço Alternativo à noite. Eu não tenho medo por ser promotora; eu não tenho medo pela minha idade; eu tenho medo porque eu sou mulher. Quando meu marido vai correr na rua 9 horas da noite eu sinto inveja dele. Eu falo que nunca vou conseguir em lugar nenhum do mundo que já fui sair e correr 9 horas da noite, me exercitar e sair sozinha na rua para espairecer.

As cidades não são feitas para mulheres, não são pensadas para mulheres. E nós precisamos dessa segurança. Nós precisamos conseguir pensar não só nos crimes, mas em tornar a cidade um lugar seguro para as mulheres. E muito obrigada. Desculpa eu ter me alongado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, Doutora. Muito obrigado.

Fechando com chave de ouro. Eu quero aqui aproveitar o momento. Deixar aqui as nossas condolências à família da Dona Rose Bonfim, que é Coordenadora de Mulheres da minha Fetagro, que perdeu a mãe essa semana. Infelizmente, ela se suicidou. E a gente jamais vai saber que tipo de agressão essa senhora, com 57 anos de idade, chegar ao ponto de se jogar de uma ponte de um rio e morrer. E a gente conhece a Rose, eu conheço a Rose, Diretora, hoje, da Fetagro; substitui a finada Eliana, que vocês conheceram; e a Dona Elza, que também vocês conheceram. Então, deixar aqui, eu tenho certeza, as nossas condolências e o respeito. Podem ver que não tem ninguém da Fetagro, hoje, aqui justamente pelo que estão passando.

A Débora, que é nossa Diretora da CUT, também, e Presidente do Sindicato de Pimenta, porque ela já tinha que vir para cá.

Com relação à Audiência, Doutor Hélio, eu fico muito à vontade para poder ouvir, e muito preocupado com os problemas que nós temos que resolver. Não é, Deputado Ribamar Araújo? Passo para o senhor. Passo para o senhor fazer suas considerações finais, aí eu fecho aqui. Pode? Então, fico preocupado.

Sandreia também tem que falar? Sandreia? Então fala, Sandreia.

A SRA. SANDREIA SILVA COSTA – Sim. Eu vi ele fechando, já que ele deixou. A gente brinca porque o deputado nos dá esse... a gente já tem uma longa caminhada.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Eu não deixei. Vocês conquistaram o direito.

A SRA. SANDREIA SILVA COSTA – Não, eu estou dizendo assim, que nós temos essa caminhada até aqui. Mas, são muitas coisas que precisam ser ditas. E depois de ouvir as nossas mulheres aqui, eu quero dizer, Niedja, que como você, nós encontramos muitas mulheres no interior do Estado que traziam a mesma informação. Nós, eu fui para a delegacia e a delegacia não respondeu a minha perspectiva. Eu quero dizer que quando eu digo que a Polícia Civil e a Polícia Militar fazem um trabalho evidente, importante e necessário, eu quero dizer que parte de uma iniciativa individual e pessoal desses servidores públicos. É importante que a gente reafirme, que são delegados e delegadas, policiais, homens e mulheres que têm feito um trabalho. Eu quero destacar aqui a Major Bárbara, que até o ano passado coordenava a Patrulha Maria da Penha aqui em Porto Velho.

Então, isso não é iniciativa da política do Governo do Estado de Rondônia. São dois servidores que são efetivos e aí eu reafirmo: precisa de concurso público. Nós queremos servidores efetivos e, assim, assistentes sociais e psicólogos é uma discussão que a gente tem desde a 3ª Conferência, que precisava que eles estivessem na delegacia para atender. Foi um entendimento geral que não seria pela Polícia Civil. OK.

Então, por que não se faz um concurso administrativo da Sesdec para responder a essa necessidade? Qual é a dificuldade? Nós estamos falando que o último concurso foi em 2013 para policiais, delegados e escrivães. Existem outras formas de entrar e essa discussão passa, porque a Secretaria não tem

apresentado políticas eficazes.

Eu vou repetir aqui: o Programa Mulher Protegida, que Laura diz, chegou em uma reunião extraordinária do Conselho em um dia; três dias depois estava e nós dissemos assim, "não, nós não vamos discutir esse projeto, porque nós não vamos discutir projeto que fala da vida das mulheres a toque de caixa e para processos eleitoreiros." Reafirmar aqui que a Secretaria de Assistência Social foi convidada, a Secretaria de Governo foi convidada, o Governo do Estado foi convidado, Polícia Civil e Militar foram convidados. E chegou-se nesse entendimento que o Doutor Hélio representava todas as instâncias de governo. Então, eu quero registrar isso aqui porque Vera, Marli que não está aqui e Rosa Negra que acompanharam diretamente essa elaboração de uma lista, elas estão cientes. Então, a política — só para concluir — é a política que precisa ser implementada.

Dois, a questão da política de assistência social. É necessário entender que assistencialismo não é assistência. E eu vou dar um exemplo, Doutor Hélio. Bené me lembrou aqui ainda a pouco. A delegacia foi mudada de forma temporária, foi isso que chegou pra gente no Fórum, não foi? Não foi? Que seria de forma temporária até a reforma da delegacia. Não era que seria uma mudança definitiva. Então, quando a Doutora diz que a escuta está sendo em uma única sala lá, o projeto que nos apresentaram era outro.

Tem a questão da Delegacia Geral que está recebendo mulheres na central, que foi uma sala pensada, discutida por todas nós. Para avançar é preciso que o governo se desmanche da campanha, do processo de campanha, e entenda que o que nós estamos dizendo aqui são de questões e políticas efetivas, por isso o nome: "Pela vida das mulheres, por justiça e segurança eficazes". Nós não queremos que as delegadas, como nós temos sabido, adoeçam como elas estão adoecendo. Nós chegamos em uma escrivã que ela disse "Ah não, gente, hoje não. Vocês vão vir aqui amanhã, porque hoje eu vou surtar, porque eu não dormi, porque o delegado plantonista não apareceu, porque..." E a gente ficou até dizendo calma. Então, e pensando que era mais cobrança do Conselho.

Eu agradeço a cada um e a cada uma que estão aqui. Todos têm uma relevância nessa discussão. Esse dossiê, não é para ser engavetado. É um dossiê para que ele seja discutido, implementado, para que a gente avance e para que a gente possa ano que vem olhar para trás e dizer: "nós conseguimos avançar." Muito obrigada, Deputado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado. Doutor Ribamar, tranquilo? Então, gente, como eu estava falando, e aí você conquistou o direito da fala dela de novo. Assim, Doutor Hélio, a dificuldade a gente entende e sabe da necessidade. A dificuldade de governo, mas as necessidades do povo de um modo geral. E as cobranças e as proposituras feitas aqui podem servir para dentro do governo fazer essa discussão. Chamar a SEAS, chamar a Polícia Civil, chamar a Polícia Militar, chamar Ministério Público, chamar Conselho... e sentar desarmados em uma mesa, em estar com o coração fechado para olhar e assumir os problemas. Porque é um problema de Estado, como foi dito. Não é problema do Governador. É um problema de Estado. E quem está à frente do governo é que assume esse governo.

Eu digo que eu fico triste, porque eu já fiz Audiências em que eu convidei a nossa Secretária da SEAS e ela nunca veio, nunca participou de uma Audiência aqui para tratar desse ponto, que é um problema social que tem envolvimento direto com a SEAS. E o senhor não tem que responder determinadas coisas que ela precisa responder. Assim como a Polícia também, a Polícia Militar e a Polícia Civil. As Audiências que a gente faz, essas medidas que o senhor falou, do botão do pânico, que nós chamamos na época de botão do pânico, saiu daqui. Foi uma propositura daqui uma Audiência daqui. Na época, nós trouxemos uma senhora, uma doutora do Nordeste, não me lembro — cabeça de velho já não lembra mais das coisas direito. Saiu de lá o pagamento do financeiro lá para a ajuda do aluguel. Ou seja, todas as ações saem.

A coisa mais fácil para um governo – e aí cabe a nós, Deputado Ribamar e Doutor Hélio, nós somos governo, não adianta, nós representamos o Poder Público e temos a responsabilidade de fazer essa discussão. O que está claro é que as nossas companheiras, Conselho Estadual e seus representantes vieram aqui e disseram que não está bom. E nós estamos vendo, e o senhor já disse que também não está e que nós precisamos ir tomando as medidas necessárias para concluir e resolver os problemas. Essa é a nossa função, através da SEAS, através da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Sesdec, da contratação de mais funcionários. É uma coisa que nós estamos mexendo com a vida. A morte de uma pessoa não pode ser taxada como segundo plano. Morreu. E se está morrendo gente, nós temos que tomar providências, temos que sentar, inclusive, com o Governador, se for preciso, e apresentar para ele e dizer: "Governador, o senhor é um homem de Deus. O senhor gosta e quer ver o governo funcionar. Então, essa é uma medida que se o senhor tirar o Estado de Rondônia do quarto lugar, que há tantos anos nós viemos falando que está no quarto lugar em termos de violência, nós já estamos ganhando."

Então, a nossa propositura é que a gente pegue todo esse material, que a Vera vai preparar junto com vocês, e a gente possa encaminhar junto com o senhor,

que seja o nosso porta-voz junto ao governo; que as nossas amigas da SEAS que estão aqui, possam levar também junto com o senhor esse conclame da sociedade para que a gente, juntos, comece a achar algumas ações mais definitivas, melhorar, melhorar o atendimento, porque não está bom. O povo está reclamando é porque tem mulheres morrendo.

E nós estamos no ano de 2022. Nós estamos há 70 dias de ano e nós temos 20 pessoas mortas. Eu vi uma matéria de 14, matéria da semana passada. A última que morreu foi essa semana lá no meu município, da minha casa, praticamente, porque conheço – não é, Carlos? – há 30 anos a família dela. E sei porque morreu. Morreu justamente porque o homem... não dá para classificar, não adianta classificar.

Agora, algumas medidas, eu não vejo que isso não seja discutido dentro da escola. Ponto. Isso é a primeira coisa na minha visão. A Seduc tem que estar aqui envolvida no processo educacional de levar isso para as criancinhas, Deputado Ribamar, porque parece que nós somos criados para bater nas mulheres. E se a escola não discutir isso... dentro de casa. Vocês sabem como que a gente foi criado. Eu acho que na escola começa tudo isso. Eu fico triste que todos os anos nós fizemos Audiências Públicas. Todos os anos. Esse mandato termina esse ano e em todos eles nós fizemos e vamos continuar fazendo se tiver mais. Mas, se não tiver, quem vier para cá vai continuar fazendo, porque não dá para a gente continuar tendo as mesmas reclamações, independente de governo que tiver lá. Agora, como somos nós, como é o senhor, "quem casou com a viúva tem que ajudar a cuidar das crianças", porque se não... e essas crianças estão morrendo.

Quero agradecer a Deus pela oportunidade de estar aqui, porque depois do que todos nós passamos com essa pandemia, só de estar aqui já é motivo de agradecer a Deus por isso. Agradecer a compreensão dos nossos companheiros de trabalho desta Casa, as nossas meninas, os meninos que nos ajudaram até agora; os nossos seguranças, pessoal que trabalha com a mídia, muito obrigado. Aqueles que estão nos assistindo pela internet, obrigado pela compreensão e pela participação conosco e a vocês muito obrigado.

Esse mandato continua sendo de vocês até 31 de janeiro de 2023. Até lá podem ter certeza que terão um mandato para ajudar a conduzir esse trabalho, está bom? Muito obrigado.

Invocando a proteção e, em nome do povo rondoniense, agradecemos a presença e declaramos encerrada a presente Audiência Pública e desejamos uma boa tarde e noite a todos nós. Que Deus possa nos abençoar.

(Encerra-se esta A. P. às 17 horas e 41 minutos)

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.556, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Senhor **Mário Valério Gazin**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, combinado com os artigos 166 e 167 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Senhor **MÁRIO VALÉRIO GAZIN**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.557, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor **José Domingos dos Santos**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, 647, de 24 de agosto de 2016 e 1.124, de 23 de outubro de 2019, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor **JOSÉ DOMINGOS DOS SANTOS**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.558, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor **Francisco Sávio Araújo de Figueiredo**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, 647, de 24 de agosto de 2016 e 1.124, de 23 de outubro de 2019, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor **FRANCISCO SÁVIO ARAÚJO DE FIGUEIREDO**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.559, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor **Paulo Sergio Cabral Xavier**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, 647, de 24 de agosto de 2016 e 1.124, de 23 de outubro de 2019, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor **PAULO SERGIO CABRAL XAVIER**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.560, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor **Miguel Rocha Almeida Filho**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, 647, de 24 de agosto de 2016 e 1.124, de 23 de outubro de 2019, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor **MIGUEL ROCHA ALMEIDA FILHO**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.561, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Senhor **Eugênio Odilon Ribeiro**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, combinado com os artigos 166 e 167 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Senhor **EUGÊNIO ODILON RIBEIRO**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.562, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Soldado da Polícia Militar **Maicon Roberto Romano de Souza**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, 647, de 24 de agosto de 2016 e 1.124, de 23 de outubro de 2019, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao Soldado da Polícia Militar **MAICON ROBERTO ROMANO DE SOUZA**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.563, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede a Medalha do Mérito Legislativo à Senhora **Sonja Enie de Mello Andrade**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, 647, de 24 de agosto de 2016 e 1.124, de 23 de outubro de 2019, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo à Senhora **SONJA ENIE DE MELLO ANDRADE**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.564, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor **José França Benjamin**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, 647, de 24 de agosto de 2016 e 1.124, de 23 de outubro de 2019, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor **JOSÉ FRANÇA BENJAMIN**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.565, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor **Paulo Cesar Pires Andrade**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, 647, de 24 de agosto de 2016 e 1.124, de 23 de outubro de 2019, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor **PAULO CESAR PIRES ANDRADE**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.566, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede a Medalha do Mérito Cultural ao Capitão do Corpo de Bombeiros **Francisco de Assis Marcone Ferreira do Nascimento**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 733, de 24 de outubro de 2017, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Cultural ao Capitão do Corpo de Bombeiros **FRANCISCO DE ASSIS MARCONE FERREIRA DO NASCIMENTO**, pelos relevantes serviços prestados à Educação no Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.567, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Senhor **Carlos Alberto Martins Manvailer**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, combinado com os artigos 166 e 167 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Senhor **CARLOS ALBERTO MARTINS MANVAILER**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.568, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Revoga o Decreto Legislativo nº 1.520, de 16 de dezembro de 2021, que "Concede o Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Bispo Ricardo Alexandre da Silva".

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno, d promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica revogado o Decreto Legislativo nº 1.520, de 16 de dezembro de 2021, que "Concede o Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Bispo Ricardo Alexandre da Silva".

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.569, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor **Raimundo Félix de Oliveira**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, 647, de 24 de agosto de 2016 e 1.124, de 23 de outubro de 2019, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor **RAIMUNDO FÉLIX DE OLIVEIRA**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.570, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Pastor **David Rodrigues Nascimento**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, 647, de 24 de agosto de 2016 e 1.124, de 23 de outubro de 2019, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao Pastor **DAVID RODRIGUES NASCIMENTO**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.571, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Pastor **Evanildo Ferreira da Silva**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, 647, de 24 de agosto de 2016 e 1.124, de 23 de outubro de 2019, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao Pastor **EVANILDO FERREIRA DA SILVA**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.572, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Pastor **Joel Holder**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, 647, de 24 de agosto de 2016 e 1.124, de 23 de outubro de 2019, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao Pastor **JOEL HOLDER**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.573, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Pastor **Fabricio Martinho Silva Damas**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, 647, de 24 de agosto de 2016 e 1.124, de 23 de outubro de 2019, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao Pastor **FABRICIO MARTINHO SILVA DAMAS**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.574, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Pastor **Manelito Costa Carvalho**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, 647, de 24 de agosto de 2016 e 1.124, de 23 de outubro de 2019, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao Pastor **MANELITO COSTA CARVALHO**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.575, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Pastor **Nelson Luchtenberg**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, 647, de 24 de agosto de 2016 e 1.124, de 23 de outubro de 2019, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao Pastor **NELSON LUCHTENBERG**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.576, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede a Medalha do Mérito Legislativo à **Igreja Assembleia de Deus**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO

ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, 647, de 24 de agosto de 2016 e 1.124, de 23 de outubro de 2019, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo à **IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.577, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao 1º Sargento Bombeiro Militar **Vanderlei Firmino Sales**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, 647, de 24 de agosto de 2016 e 1.124, de 23 de outubro de 2019, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao 1º Sargento Bombeiro Militar **VANDERLEI FIRMINO SALES**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.578, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao 1º Sargento Bombeiro Militar **José Aguinaildo Pereira Lima**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, 647, de 24 de agosto de 2016 e 1.124, de 23 de outubro de 2019, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao 1º Sargento Bombeiro Militar **JOSÉ AGUINAILDO PEREIRA LIMA**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.579, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede a Medalha do Mérito Legislativo 1º Sargento da Polícia Militar **Italo Balbo Casara**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, 647, de 24 de agosto de 2016 e 1.124, de 23 de outubro de 2019, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo 1º Sargento da Polícia Militar **ITALO BALBO CASARA**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.580, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Cabo da Polícia Militar **Eudiney do Santos Mercado**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, 647, de 24 de agosto de 2016 e 1.124, de 23 de outubro de 2019, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao Cabo da Polícia Militar **EUDINEY DO SANTOS MERCADO**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.581, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Cabo da Polícia Militar **Leandro Aparecido Vieira Rosa**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, 647, de 24 de agosto de 2016 e 1.124, de 23 de outubro de 2019, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao Cabo da Polícia Militar **LEANDRO APARECIDO VIEIRA ROSA**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.582, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede a Medalha do Mérito Cultural ao Professor Mestre **João Batista**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 733, de 24 de outubro de 2017, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Cultural ao Professor Mestre **JOÃO BATISTA**, pelos relevantes serviços prestados à Educação no Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.583, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede a Medalha do Mérito Cultural ao Professor Mestre **Gerry Salvaterra Lara**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 733, de 24 de outubro de 2017, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Cultural ao Professor Mestre **GERRY SALVATERRA LARA**, pelos relevantes serviços prestados à Educação no Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.584, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede a Medalha do Mérito Cultural à Professora Doutora **Márcia Maria Rodrigues Uchôa**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 733, de 24 de outubro de 2017, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Cultural à Professora Doutora **MÁRCIA MARIA RODRIGUES UCHÔA**, pelos relevantes serviços prestados à Educação no Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.585, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede a Medalha do Mérito Cultural à Senhora **Antônia Célia Brito**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 733, de 24 de outubro de 2017, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Cultural à Senhora **ANTÔNIA CÉLIA BRITO**, pelos relevantes serviços prestados à Educação no Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.586, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede a Medalha do Mérito Cultural à Professora **Maria Cleusa dos Santos**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 733, de 24 de outubro de 2017, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Cultural à Professora **MARIA CLEUSA DOS SANTOS**, pelos relevantes serviços prestados à Educação no Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.587, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede a Medalha do Mérito Cultural ao Professor Mestre **Antônio Elias Nascimento**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 733, de 24 de outubro de 2017, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Cultural ao Professor Mestre **ANTÔNIO ELIAS NASCIMENTO**, pelos relevantes serviços prestados à Educação no Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.588, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede a Medalha do Mérito Cultural à Professora **Maria Rosineide Rodrigues de Menezes**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 733, de 24 de outubro de 2017, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Cultural à Professora **MARIA ROSINEIDE RODRIGUES DE MENEZES**, pelos relevantes serviços prestados à Educação no Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.589, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede a Medalha do Mérito Cultural à Professora **Eunice Menezes de Souza**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 733, de 24 de outubro de 2017, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Cultural à Professora **EUNICE MENEZES DE SOUZA**, pelos relevantes serviços prestados à Educação no Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.590, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede a Medalha do Mérito Cultural à Professora **Márcia Dias dos Santos**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 733, de 24 de outubro de 2017, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Cultural à Professora **MÁRCIA DIAS DOS SANTOS**, pelos relevantes serviços prestados à Educação no Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.591, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao 2º Sargento Bombeiro Militar **Alex Nilo Oliveira dos Santos**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, 647, de 24 de agosto de 2016 e 1.124, de 23 de outubro de 2019, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao 2º Sargento Bombeiro Militar **ALEX NILO OLIVEIRA DOS SANTOS**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.592, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede a Medalha do Mérito Cultural à Professora **Patrícia Alves Pereira**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 733, de 24 de outubro de 2017, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Cultural à Professora **PATRÍCIA ALVES PEREIRA**, pelos relevantes serviços prestados à Educação no Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.593, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao 2º Sargento Bombeiro Militar **Thiago Ribeiro Pinto**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, 647, de 24 de agosto de 2016 e 1.124, de 23 de outubro de 2019, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao 2º Sargento Bombeiro Militar **THIAGO RIBEIRO PINTO**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.594, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor **Gleense dos Santos Cartonilho**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, 647, de 24 de agosto de 2016 e 1.124, de 23 de outubro de 2019, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor **GLEENSE DOS SANTOS CARTONILHO**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.595, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede o Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Senhor **José Maria dos Santos**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do incixo IX do § 1º do artigo 14, combinado com os artigos 166 e 167 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Senhor **JOSÉ MARIA DOS SANTOS**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.596, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Tenente Coronel Bombeiro Militar **Tadeu Sanchez Pinheiro**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, 647, de 24 de agosto de 2016 e 1.124, de 23 de outubro de 2019, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao Tenente Coronel Bombeiro Militar **TADEU SANCHEZ PINHEIRO**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.597, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Cabo da Polícia Militar **Clayton Varela Chaves**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, 647, de 24 de agosto de 2016 e 1.124, de 23 de outubro de 2019, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao Cabo da Polícia Militar **CLAYTON VARELA CHAVES**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.598, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede a Medalha do Mérito Cultural ao Professor **Márcio da Silva Clímaco**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 733, de 24 de outubro de 2017, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Cultural ao Professor **MÁRCIO DA SILVA CLÍMACO**, pelos relevantes serviços prestados à Educação no Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.599, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede a Medalha do Mérito Cultural à Professora **Cleideir Nunes Lima**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 733, de 24 de outubro de 2017, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Cultural à Professora **CLEIDEIR NUNES LIMA**, pelos relevantes serviços prestados à Educação no Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.600, DE 16 DE MARÇO DE 2022.

Concede a Medalha do Mérito Cultural ao Senhor **Simon Oliveira dos Santos**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 733, de 24 de outubro de 2017, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Cultural ao Senhor **SIMON OLIVEIRA DOS SANTOS**, pelos relevantes serviços prestados à Educação no Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de março de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº0868/2022-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

ADRIANA AFONSINA DE SOUZA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-18, no Gabinete do Deputado Marcelo Cruz, a contar de 11 de março de 2022.

Porto Velho, 17 de março de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº0865/2022-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

DIOGO SENA BARBOSA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-30, no Gabinete da Presidência, a contar de 04 de março de 2022.

Porto Velho, 17 de março de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº0864/2022-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

E X O N E R A R

DOROTEIA SANTOS LIMA HAFFERMAN, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-25, do Gabinete do Deputado Lebrão, a partir de 31 de março de 2022.

Porto Velho, 16 de março de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº0863/2022-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

EDINECIO BISCOLA MARTINS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Militar Especial, código ASME, na Secretaria de Segurança Institucional, a contar de 05 de março de 2022.

Porto Velho, 16 de março de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº0834/2022-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

L O T A R

O Servidor **JOAO DIAS PRATA JUNIOR,** matrícula nº 300051101, ocupante do Cargo de Professor Classe C, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, no Gabinete do Deputado Cirone Deiró, a contar de 1º de março de 2022.

Porto Velho, 15 de março de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº0867/2022-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

LEDA GALVAO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-30, no Gabinete da Presidência, a contar de 03 de março de 2022.

Porto Velho, 17 de março de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº0866/2022-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

TORNAR SEM EFEITO

O ATO Nº0810/2022/SRH/SG/ALE de 11/03/2022, publicado no Diario Oficial da ALE/RO, nº 042, de 11 de março de 2022, que exonerou o servidor **RAIMUNDO DE ALENCAR MAGALHAES.**

Porto Velho, 17 de março de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 131/2022-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução n° 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias no período de 20/03/2022 a 24/03/2022, ao Deputado Estadual Elcirone Moreira Deiro, matrícula nº 200165392, que irá via transporte aéreo de Porto Velho/RO a Brasília/DF, participar de audiências no Senado Federal e na Câmara Federal, juntamente aos Ministérios, para tratar sobre a Lei nº 10.592/2020 referente a regulamentação da Lei nº 11.952/09 que dispõe sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União no âmbito da Amazônia Legal, e também de outros assuntos de interesse do Estado de Rondônia, conforme Processo nº 7825/2022-e.

Porto Velho - RO, 17 de Março de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 132/2022-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução n° 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias no período de 20/03/2022 a 24/03/2022, à servidora relacionada, que irá via transporte aéreo de Porto Velho/RO a Brasília/DF, assessorar o Deputado Estadual Cirone Deiró em audiências no Senado Federal, na Câmara Federal e nos Ministérios, conforme Processo nº 7825/2022-e.

Matricula 200170443
Nome Alessandra Sousa da Costa
Cargo Assessor Técnico
Lotação Gab. da Presidência

Porto Velho - RO, 17 de Março de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 133/2022-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução n° 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias no período de 20/03/2022 a 24/03/2022, à servidora relacionada, que irá via transporte aéreo de Porto Velho/RO a Brasília/DF, acompanhar o Deputado Estadual Cirone Deiró em audiências no Senado Federal, na Câmara Federal e nos Ministérios, conforme Processo nº 7825/2022-e.

Matricula 200165532
Nome Izabelle Vecchy Silva Camurça
Cargo Assessor Esp. da Presidência
Lotação Gab. da Presidência

Porto Velho - RO, 17 de Março de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 134/2022-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução n° 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 17/03/2022 a 19/03/2022 às servidoras relacionadas que irão via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Nova Califórnia/RO, prestar serviços na área de cerimonial durante a realização de Audiência Pública de autoria do Deputado Estadual Ismael Crispin, conforme Processo nº 7884/2022-e.

Matricula 200168009
Nome Ana Rafaela Sousa dos Santos
Cargo Assessor
Lotação Div.deSessõesSol.eEsp.

Matricula 200166827
Nome Joelma da Silva Teles
Cargo Assessor
Lotação Div.deEventos E Agendas

Matricula 200165647
Nome Josjane Michela Araujo Barbosa
Cargo Diretor de Depart.
Lotação Dep. Cerimonial

Matricula 200168008
Nome Naiara Maia da Silva Prata
Cargo Assessor
Lotação Dep. Cerimonial

Porto Velho - RO, 17 de Março de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 135/2022-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução n° 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 17/03/2022 a 19/03/2022 ao servidor relacionado que irá via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Nova Califórnia/RO, prestar serviços de garçom durante a realização de Audiência Pública de autoria do Deputado Estadual Ismael Crispin, conforme Processo nº 7884/2022-e.

Matricula 100005216
Nome Mario Flavio de Miranda
Cargo Auxiliar Administrativo
Lotação Dep. Cerimonial

Porto Velho - RO, 17 de Março de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE SUSPENSÃO_sine die
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24274/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2021/CPP/ALE/RO - UASG 926919

A **Superintendência de Compras e Licitações - SCL**, através da **Comissão Permanente de Pregão - CPP**, nomeada pelo **ATO Nº 0481/2022-SRH/SG/ALE**, torna público aos interessados, em especial, as empresas que retiraram o Edital supracitado que tem por finalidade a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA/ASSEPSIA PREDIAL COM MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS TECNOLÓGICOS, MATERIAIS DE HIGIENE E INSUMOS NECESSÁRIOS, CONFORME DETALHAMENTO NO TERMO DE REFERÊNCIA**, a pedido da **Superintendência de Logística**, a **SUSPENSÃO** da sessão de abertura das propostas prevista para o dia **21 de março de 2022, às 09h00min**, em face de pedidos de pedidos de esclarecimentos e impugnações que demandam análise técnica e diligência. A nova data do certame será divulgada oportunamente nos termos do § 4°, art. 21, da Lei Federal 8.666/93.

Porto Velho-RO, 17 de março de 2022.

Everton José dos Santos Filho
Pregoeiro CPP/ALE/RO